

Francisco Dias

*Manuel Branco
Calisto Costa*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AVEIRO

ACTA Nº 18

Aos vinte e oito dias do mês de Dezembro do ano de mil novecentos e noventa, nesta cidade de Aveiro e Salão Cultural do Município, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, na quarta reunião da sessão ordinária do mês de Novembro, sob a Presidência do Presidente Francisco Fernando da Encarnação Dias, Secretariado pelos Vogais José Carlos da Silva Neves e Olinto da Cruz Ravara, respectivamente Primeiro e Segundo Secretários, no impedimento legal dos titulares eleitos e com a presença dos Vogais, Fernando Augusto de Oliveira, Manuel Rodrigues Simões, Manuel Arede de Jesus, Porfírio Vieira de Carvalho e Silva, Manuel Branco Pontes, José Mendes Macedo Loureiro, Joaquim dos Santos Abreu, João Tavares Duarte, Manuel Pereira Cabral Monteiro, José Luís Rebocho de Albuquerque Christo, José Alberto Martins de Carvalho, Vitor Manuel Barradas de Carvalho Sequeira, Paulo Alexandre de Medeiros Teixeira Santos, Fernando Santos Silva, Manuel Ferreira da Cruz Tavares, António Ferreira da Silva, Custódio das Neves Lopes Ramos, Elias de Oliveira

2.
J. M. Macedo Bastos

Vieira, João Ferreira da Peixinha, Ester da Conceição Rocha Martins e António Manuel dos Santos Salavessa.

Pelas 15,00 Horas, o Presidente declarou aberta a presente reunião.

Procedeu-se à chamada e verificaram-se as faltas dadas pelos Vogais, Manuel Simões Madail, Fernando Tavares Marques, Élio Manuel Delgado da Maia, Victor Manuel da Silva Martins, Libério da Silva Santos, Rogério da Silva Leitão, Joaquim Luís Monteiro Mendes Gomes, João Ferreira dos Santos, Arlindo de Macedo Bastos, Rogério Mário Madail da Silva, Celso de Sousa Figueiredo Gomes e António Óscar Moreira Paulo.

Imediatamente a seguir o Presidente deu nota do pedido de justificação de faltas apresentado pelo Vogal Arlindo de Macedo Bastos, o qual foi aceite e considerada justificada a respectiva falta.

Continuando no uso da palavra o Presidente da Assembleia, informou que se vai passar de imediato à ordem de trabalhos:

ORDEM DE TRABALHOS

PONTO Nº 11 - PLANOS DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTOS ORDINÁRIOS PARA O ANO DE 1991 DA CÂMARA MUNICIPAL E SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS.

PLANO DE ACTIVIDADES (CÂMARA MUNICIPAL)

Deliberação da reunião da Câmara Municipal de 90.12.13: - " CÂMARA MUNICIPAL - PLANO DE ACTIVIDADES PARA 1991: - Em seguimento da deliberação tomada na última reunião, foi de novo efectuada prolongada análise ao documento acima indicado.

A Vereadora Dra. Maria Antónia fez uma pequena intervenção relativamente ao facto de não ter estado presente na primeira análise do documento e chamou a atenção do Executivo para o facto de todos deverem estar conscientes daquilo que vão apreciar e votar, pelo que entendia que 48 horas era um período demasiado curto para analisar tão importantes documentos. Seguidamente, solicitou alguns esclarecimentos que lhe foram

prestados pelo Chefe de Repartição Financeira.

Também pelo Vereador Eng^o Azeredo foi perguntado se na elaboração do Plano de Actividades foram contempladas obras de recuperação de alguns edifícios, nomeadamente aquele onde funciona o Conservatório, por considerar que o mesmo carece de reparações urgentes, no que foi esclarecido pelo Vereador Prof. Celso Santos.

Imediatamente a seguir e depois de prolongada troca de impressões, foi posto à votação o Plano de Actividades para o ano de 1991, tendo o mesmo merecido aprovação por unanimidade.

Os Vereadores do P.S.D., Snrs. Dra. Maria Antónia e Eng^o Azeredo e também os Vereadores do P.S., Dra. Amélia Brito e Eng^o Alves, apresentaram, respectivamente, as seguintes declarações de voto: "Aprovamos o Plano de Actividades para 91 porque, embora o achemos ambicioso e de difícil execução, vamos dar ao Executivo o benefício da dúvida. Pareceu-nos haver a preocupação de apoio às Freguesias, com um carácter mais universal e sistemático do que é costume. Esperamos que as intenções aqui expressas venham a ser concretizadas para a melhoria das condições de vida das freguesias. Aproveitamos esta declaração para pedir ao Município que inicie as habitações sociais nas freguesias (60 fogos na 1ª fase) para que os respectivos financiamentos sejam transferidos do Poder Central" e "Votamos conscientes que este Plano é o possível. Seremos rigorosos no seu cumprimento integral".

GENERALIDADE

Usando da palavra e antes de entrar propriamente na apresentação do documento supra, o Vereador Martinho Pereira, explicou à Assembleia que a ausência do Snr. Presidente da Câmara a esta reunião, deriva do facto do mesmo ter sido solicitado urgentemente no IGAPHE, para proceder à assinatura dos diversos autos adicionais relativos à Urbanização de Santiago, sendo portanto indispensável a sua presença. Disse ainda ter conhecimento de que o Snr. Presidente da Câmara já está de regresso a Aveiro, podendo por tal facto, ainda vir a estar presente à reunião que agora se inicia.

Passando seguidamente a comentar o Plano de Actividades, salientou que a filosofia que norteou a feitura do mesmo, teve como meta

Freire
4.
V. M. Freire

principal, torná-lo exequível no tempo e nas capacidades financeiras da autarquia em o executar. Prosseguindo, disse ter a Câmara consciência que o Plano anterior não foi executado na sua totalidade mercê de diversas circunstâncias que são do conhecimento geral e sobretudo a falta de meios financeiros para poder levar a cabo tal tarefa.

Referiu também que o Plano em apreço se tentou que fosse de rigor, pretendendo-se que o mesmo seja cumprido ao máximo pormenor. Foi elaborado essencialmente na parte das Freguesias, ouvindo a opinião dos Presidentes de Junta sobre as carências que mais afectam as freguesias a que presidem. Após a apresentação das carências reputadas de mais urgentes e que os respectivos Presidentes de Junta acharam por bem indicar, foram quantificados esses trabalhos pela equipa técnica da Câmara e provocou-se uma reunião com as Juntas de Freguesia para que indicassem a prioridade dos trabalhos a realizar; assim e dentro de um "plafond" estipulado para cada freguesia, foi estabelecida essa prioridade e daí resultou o Plano de Actividades que agora se submete à consideração da Assembleia Municipal. Seguidamente, destacou que o Plano em apreço pretende-se exequível na sua globalidade e para isso vai ser informatizado, bem como o Orçamento, no sentido de ^{que} quando houver necessidade de consulta saber-se correctamente o que está executado e a disponibilidade de verbas para o que falta executar.

Prosseguindo, referiu também que este Plano de Actividades teve por base a receita mínima do F.E.F. (havia duas hipóteses - optou-se pela receita mínima) e por isso a priori a Câmara tem a consciência que forçosamente terá que haver uma revisão orçamental motivada por uma receita superior àquela com que na realidade se jogou para a construção do Plano de Actividades; o que significará também que as receitas para as Freguesias terão que ser diferentes daquelas que estavam previstas inicialmente.

Referindo-se aos grandes vectores que estão na primeira linha da preocupação do Executivo Camarário, salientou a Habitação como um vector muito prioritário e também muito acarinhado pela Câmara Municipal - o Plano de Urbanização de Santiago está em vias de conclusão, o que equivale a 784 habitações disponíveis para entrega a agregados familiares carenciados. Destacou também que a nível nacional o concelho de Aveiro é dos concelhos do país que tem um índice mais elevado de habitação social em relação ao número de habitantes do respectivo concelho, o que de certo modo é salutar e gratificante, dado que irá permitir à autarquia dotar várias famílias carenciadas, com casa adequada.

Relativamente à Rede Viária, referiu qua a mesma tem

Amey
J. Almeida, Braga

um peso bastante elevado no Orçamento Municipal, contudo a breve trecho trará também um elevado grau de desenvolvimento ao concelho; considerou ainda a Av. Central um vector primordial na rede viária do concelho. No que se refere à Educação e Cultura, disse haver toda uma noção da necessidade prioritária e premente de todo este vector, condicionado sempre pelas escassas verbas atribuídas. Realçou no campo da cultura a II Bienal de Cerâmica que terá lugar no decurso de 91, sendo a nível Nacional e Internacional, um acontecimento de vulto.

Relativamente ao Planeamento Urbanístico, disse continuar a Câmara empenhada nas diversas urbanizações já aprovadas ou em vias de aprovação; destacando Sá-Barrocas; Agrads do Norte; Forca - Vouga; Qtd do Cruzeiro em Esgueira e em S. Bernardo, disse também estar a pensar-se projectar uma Urbanização tendo como núcleo principal o Centro Paroquial de S. Bernardo. A iluminação pública pretende-se melhorar a nível rural; Higiene e Limpeza, o aterro sanitário é uma das grandes preocupações da Câmara, tencionando esta adquirir mais terrenos para prolongar a área do aterro sanitário no sentido de poder dar assim uma resposta mais eficaz ao problema dos lixos que começam já a ser preocupantes. Disse ainda que na área da Higiene e Limpeza estão previstas campanhas da sensibilização de Higiene Pública. Na área da protecção civil projectam-se campanhas de sensibilização a nível de escolas e população em geral.

No que se refere ao Turismo, além da Câmara pertencer à Rota da Luz, pretende também criar um posto de Turismo Municipal, tendo em vista uma informação oportuna e correcta aos cidadãos. Relativamente aos Mercados e Feiras, disse estarem previstos novos Mercados, nomeadamente o Mercado Sul na zona de Santiago, Cacia e outro em Esgueira, tendo como objectivo a desconcentração de Serviços. Também o Novo Mercado Abastecedor é outra grande aposta durante o próximo ano, na medida em que a sua transferência do Cojo, libertará toda aquela área para outras finalidades, nomeadamente estacionamento. No que respeita às zonas industriais, encontram-se aprovadas cinco zonas industriais, destacando a zona de Mamo-deiro já aprovada e participada e que se encontra em fase de implementação na sua globalidade, havendo uma preocupação da Câmara em seleccionar o tipo de indústria a instalar, dada a proximidade da Pateira de Fermentelos; prevê-se também a construção de uma Estação de Tratamento de Águas residuais, para aquela zona. A ampliação da actual zona de Tabueira está também nas preocupações do Executivo, devendo tal ampliação ser feita através de terrenos adquiridos pela Câmara ou através da iniciativa privada.

Relativamente ao estacionamento automóvel, considerou

Handwritten signature in blue ink, possibly reading "J. Mendes" or similar.

que se trata de um problema que deve ser encarado sêriamente pela autarquia no decurso do próximo ano.

Na área dos jardins e arborização, referiu que a construção dos diversos nós rodoviários e o ajardinamento da zona envolvente de Santiago, trazem um acréscimo de superfície ajardinada a conservar, implicando consequentemente um maior esforço por parte dos Serviços.

A terminar, e no que respeita à recuperação urbana é de opinião que a mesma deve ser feita, tendo em conta a identidade da própria cidade, estando para esse fim aprovado já o projecto P.R.A.U.D..

Neste momento deram entrada na sala os Vogais Jorge Nascimento e Élio Delgado da Maia.

Aberta a discussão usou da palavra o Vogal Ferreira da Silva, para referir que do seu ponto de vista considera o Plano de Actividades, em apreço, repetitivo, pois nada tem a ver com continuidade, sendo praticamente igual ao do ano transacto. Por tal facto, disse continuar a pensar que o referido Plano não passa de uma mera listagem de intenções, as quais na sua grande maioria apenas mudaram a posição na transição do ano anterior para este. Em suma, classificou o documento como um Plano grávido de esperanças, porém de abortadas sequências.

Neste momento deram entrada na sala os Vogais Nuno Tavares e Manuel António Rodrigues da Silva.

Seguidamente no uso da palavra o Vogal António Salvessa passou a ler o documento que a seguir se transcreve:

"PLANO DE ACTIVIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL

.../...

Alcides
Filipe de Sá

A Câmara apresentou-nos dentro dos prazos, um conjunto de documentos que temos que apreciar e, no final votar, sem que a Assembleia possa introduzir qualquer alteração.

Neste caso a Lei impõe uma situação redutora da função deliberativa deste órgão Autárquico e de alguma forma desmotivadora de uma participação mais profunda e empenhada na sua discussão do Plano e do Orçamento. Ter apenas que dizer sim ou não na globalidade a estes documentos fundamentais, é uma tarefa ingrata.

Mas, ao perspectivar sozinha um ano de actividade (com interligação evidente aos anos anteriores e aos anos futuros), a Câmara Municipal assume uma responsabilidade muito grande, talvez maior do que a que deveria assumir, correndo riscos desnecessários de uma eventual rejeição nesta Assembleia.

Mas a lei, apesar de impor este método na aprovação destes documentos, não impede a elaboração participada do Plano de Actividades antes da aprovação da sua proposta na Câmara Municipal. Outros municípios do País, particularmente alguns de gestão CDU procedem a essa elaboração participada, ouvindo muito bem os Órgãos das Freguesias, todo o género de instituições, colectividades e associações e mesmo, nalguns casos, a própria população através de diversas formas (reuniões, inquéritos, etc).

A forma participada de elaboração do Plano permite que ele responda melhor aos objectivos de curto, médio e longo prazo da gestão autárquica e que se verifique menor número de conflitos de interesses após a sua aprovação. (Este é mesmo um principio geral que deve ser respeitado em toda a planificação).

Não me parece que a Câmara tenha feito essa elaboração participada, nem mesmo talvez alguma coordenação necessária para a elaboração dos orçamentos de algumas freguesias, já que há grandes diferenças entre aquilo que está inscrito no Orçamento Municipal como transferência da Câmara e o que inscreveram nos respectivos orçamentos da freguesia (160 contos em Esgueira quase mil contos na Vera Cruz).

A primeira leitura do Plano transmite-nos a ideia de que pelo menos é volumoso. Há quantidade! Quer de programas quer de projectos, quer até da dotação global do plano (2,5 milhões de contos).

Não estou em condições este ano, pelo pouco tempo de exercício do mandato, por reduzido conhecimento de planos anteriores e do seu grau de execução e pela expressão concreta que a CDU tem no concelho, de me pronunciar em pormenor sobre o conjunto dos programas e acções previstas. Outros senhores deputados certamente o farão e penso que a este respeito os presidentes de Junta têm um papel fundamental. Para o ano será certamente diferente.

De qualquer forma é possível levantar algumas questões:

10 O Plano de Actividades é o espelho desta Câmara e do estilo de gestão que, na opinião da CDU vem sendo seguido ao longo dos anos - uma gestão com alguma actividade, mas desgarrada, aparentemente sem objectivos a médio e longo prazo, visando o crescimento, mas não o efectivo desenvolvimento.

É significativo que a elaboração do Plano Director Municipal (o PDM) não apareça neste Plano de Actividades como um projecto assumido. Para o Plano de Actividades o PDM não existe e o que existe nas suas páginas é a confusão, uma vez mais entre o PDM e o Gabinete do PDM e a invocação da existência e do aval do gabinete do PDM para ir propondo novas medidas avulsas, porventura duvidosas.

E não nos venham dizer que a elaboração do PDM está incorporada noutras áreas dos documentos que estamos a discutir, pois nós também sabemos que assim pode ser. Mas o que afirmamos é que, já que a Lei indica que o Plano de Actividades deve incluir com detalhe não só os projectos que impliquem investimentos, transferências de capital, mas também os que se revistam de interesse e possam ser destacados apesar de representarem despesa de outra natureza, ou mesmo que não tenham expressão orçamental. Por tal razão, o PDM como objectivo central que representa, pelo menos para nós, deveria merecer outra atenção neste Plano de Actividades.

20 O Plano de Actividades é omissivo nalgumas questões quanto a nós fundamentais.

- Não refere o Projecto da Fábrica Jerónimo Pereira Campos.

- Não refere os investimentos previstos, para o ano, com o projecto do Carvoeiro. (mesmo em leitura paralela com o Plano dos Serviços Municipalizados).

- Não nos esclarece, se os dois mil e quinhentos contos inscritos como participação na Associação de Municípios da Ria, se destinam ou não a investimentos e, sobre qual vai ser a participação do município no próximo ano e seguintes, nos investimentos que constam do plano da Associação de Municípios da Ria, alguns dos quais referidos no Plano dos Serviços (sistema de drenagem dos esgotos de Esgueira, Cacia e S. Jacinto e respectivas infraestruturas de tratamento).

- Não nos indica quais os projectos que estão a ser comparticipados pelos fundos comunitários (1000 contos do FEODGA e 218 mil contos do FEDER).

39 O Plano de Actividades, em várias áreas, não acompanha
com o rigor necessário o orçamento.

- Não nos esclarece sobre o destino de 95% da rubrica do orçamento "outras transferências correntes da administração local" (01.03.05.01.03.02) já que, dos 50 mil contos orçamentados apenas sabemos dos 2500 já referidos para a Associação de Municípios da Ria de Aveiro.

- As transferências de capital (01.03.10.01.03.01) para as freguesias - 30 mil contos no Orçamento - são apenas 23 500 no Plano, (mesmo assim num caso, misturando uma Junta com uma colectividade S. Bernardo com Tuna de Santa Cecília - 20 mil contos).

- A verba orçamental destinada a "Outras Despesas Correntes" c/ Educação, Cultura, Desporto, etc (09.07.03) apresenta uma diferença de 21^{mil} contos para mais, quando somados os correspondentes projectos do Plano.

- Idem para "transferências correntes para instituições", (09.05.03.02) da mesma área de Educação, Cultura e Desporto, onde dos mais de 75 mil contos orçamentados, apenas 30 mil e 400 contos têm expressão no plano. Note-se que a diferença (mais de 45 mil contos) é bastante superior à dotação para a defesa do ambiente e dez vezes superior à dotação para a saúde.

Será daqui que sai o dinheiro para o Beira Mar ?. Ou trata-se apenas de um saco azul para ir administrando à medida das conveniências?

40 A apresentação do plano é, ela própria, desequilibrada.

Aparentemente não terá havido preocupação unificadora em relação ao documento que nos foi apresentado. Sá assim se pode justificar que a fundamentação da parte do Plano referente ao Gabinete de Recuperação Urbana, com uma dotação de 22 500 contos ocupe 7 páginas e que a Habitação e Urbanização, com quase 1 milhão de contos, ocupe pouco mais do que uma. E o que achamos mal é a segunda e não a primeira.

Em algumas questões a pormenorização é elevada, noutras essa pormenorização não existe. Veja-se o exemplo do projecto 03 do Programa de Habitação (construção de habitação social nas freguesias). Que habitação? que freguesias? é para avançar tudo (Eixo, Eirol, Esgueira, S. Jacinto, habitações unifamiliares) - 30 mil contos no Global, sem que se diga quais as acções que vão avançar, e com que verbas.

50 São insuficientes algumas dotações do plano.

Apesar do reconhecimento que aqui se expressa sobre o que está a ser feito em áreas como a habitação e na rede viária e apesar de algumas diferenças de opinião sobre a maneira como algumas dessas acções estão a ser feitas, isso não implica que não se deixe de sublinhar que algumas áreas estão insuficientemente dotadas:

- A Educação com apenas 4,3% do Plano, isto tendo em conta as competências actuais dos municípios e que 60 mil contos são para transportes escolares.

- A Cultura, que tendo 157.050 contos (6%), destina a parte de leão à Biblioteca Municipal (128.300 contos), restando apenas 28.750 contos para um ano de outros investimentos e actividade cultural (1,1%).

- A saúde, com 4500 contos, 0,2% do Plano, apesar das carências que são conhecidas.

- A defesa do Meio Ambiente onde, com grande esforço e talvez algum malabarismo, se procurou apresentar qualquer coisa - 34.200 contos, 1,3% do Plano - dos quais 8 mil e quinhentos contos (cerca de 1/3) são compra de viatura e a participação na AMRia e o restante arranjos da área do urbanismo. Projectos de fundo em relação ao meio ambiente, não existem neste Programa.

Levantados os cinco grupos de questões que acabei de expor e antes de concluir queria levantar apenas três aspectos de pormenor:

O primeiro é que alguns aspectos do Plano poderão não estar de acordo com as mais recentes deliberações desta Assembleia, nomeadamente quanto aos parómetros, já que se fala em instalar parómetros na cidade e não na Avenida Dr. Lourenço Feixinho e a verba de 9 mil contos talvez seja exagerada para esse objectivo.

O segundo, é que se avança na justificação da construção dos dois novos mercados na cidade com a ideia de que o Mercado Manuel Firmino (o Mercado da Fruta) é para acabar. Não sei se essa ideia está bem amadurecida e, principalmente, não sei o que sobre esse assunto pensam as autarquias da cidade e a população respectiva.

O terceiro, é que não se vislumbra no Plano de Actividades da Câmara, (nem dos serviços), referências a questões importantes para quem se desloca a pé ou utilizando o transporte público, tais como passagens inferiores ou superiores para peões, (que serão cada vez mais importantes, tendo em conta os fluxos crescentes de tráfego e os abrigos das paragens de autocarros. serviços)

Em conclusão

Estando de acordo com muitos dos projectos que estão expressos no Plano de Actividades, relevantes para o futuro do concelho e para o bem estar dos munícipes não posso estar de acordo com o Plano na sua globalidade pelas razões atrás expostas.

Se a CDU estivesse representada no executivo municipal teríamos procurado contribuir aí com as nossas opiniões e propostas para tentar melhorar estes Documentos visando, entre outras questões.

- Salientar a importância do Plano Director Municipal.
- A realização de um plano Municipal de Transportes.
- Maior atenção às questões da água e do saneamento, do ambiente, da saúde, da cultura e do desporto.
- A criação de um gabinete de apoio ao munícipe.
- Maior apoio às freguesias com descentralização de mais verbas.
- Outras questões que constam do nosso programa e que certamente não iríamos esquecer.

Como não estamos no executivo, não compartilhamos de responsabilidade na elaboração destes documentos. Estamos de mãos livres e consciência tranquila para votar da forma que entendemos mais correcta.

Alfredo Sá
Alfredo Sá

12. *Albino Miranda*
J. Mendes Soares

Neste momento deu entrada na sala o Vogal

Vitor Mangerão.

Seguidamente usou da palavra o Vogal Cruz Tavares, que começou por referir que o documento em causa merecia uma maior atenção por parte da Assembleia, pois trata-se de um documento muitíssimo importante e que vai balizar a actividade da Câmara durante o próximo ano e que por força da escassez de tempo não vai poder ser analisado com minúcia. Prosseguindo, referiu também que este Plano marca um passo no crescimento da cidade pelo menos no aspecto material. Porém, alertou para o facto de que não interessa somente avaliar o crescimento da cidade, crescimento esse que é medido e avaliado ao longo dos sucessivos planos de actividade que este Executivo tem aprovado e levado a cabo, mas sobretudo deverá pensar-se no crescimento relativo da cidade, no aproveitamento que tem sido feito das verbas postas à disposição da autarquia, não só pela Administração Central, mas também pelas verbas geradas no próprio Município; assim, considera que é fundamental fazer-se a comparação entre o crescimento da cidade de Aveiro e as outras cidades limítrofes no que respeita ao crescimento. Entende portanto que uma reflexão neste aspecto é deveras importante; o crescimento tem existido mas relativamente às cidades envolventes ele não tem contribuído para diminuir as distâncias que separam Aveiro, por exemplo de cidades como o Porto, Viseu, Figueira da Foz, Coimbra etc, nas suas vertentes quer Económicas, Turísticas e Culturais.

Prosseguindo, referiu que como nota inicial este Plano carece desde logo de uma actualização, não se podendo porém atribuir essa responsabilidade ao Executivo, no entanto interessa que tenhamos isso presente na análise do mesmo. Há de facto cem mil contos a menos, uma vez que o F.E.F. - Fundo de Equilíbrio Financeiro, acabou por não ser amputado daquelas verbas que se temia que fosse amputado; assim está-se perante um Orçamento que neste momento já está desactualizado, todavia o Executivo fez algumas considerações pontuais sobre os diversos capítulos do Plano e sobre os quais este Vogal solicitou alguns esclarecimentos, nomeadamente quanto à Avenida Central e circulação de trânsito a ela inerente e por tratar-se de uma artéria de tráfego intenso, obviamente terá que ser uma circulação de muito baixa velocidade. Relativamente ao prédio situado no gaveto da Rua do Rato, pertença dos herdeiros da família "Albino Miranda" e cuja demolição se torna necessária para desimpedir a progressão da referida Avenida, pretendeu saber qual o ponto da situação no que respeita a negociações com os proprietários com vista à sua aquisição por parte da autarquia.

Basta
S. J. J. J. 13.
Alcides

Relativamente à II Bienal de Cerâmica, congratulou-se com o facto, pois trata-se de uma oportunidade que Aveiro tem para impor o seu peso no sector da indústria cerâmica, o qual infelizmente acabou por representar no passado uma pesada derrota política e que foi a perda para a cidade de Aveiro, do Centro Tecnológico da Cerâmica e do Vidro, em favor da cidade de Coimbra, bem como a perda também por razões de ordem puramente políticas a implantação da Exponor -2, em favor de cidades situadas a norte da Aveiro. Porém, fala-se agora num grande Pavilhão à escala do distrito ou do concelho, denotando os responsáveis por tais sugestões um manifesto desconhecimento na matéria, uma vez que tal tipo de Pavilhões são feitos hoje, já à escala Nacional e mais do que isso à escala Internacional. No que se refere à iluminação pública, alertou para as grandes diferenças que existem e para as desigualdades de tratamento no tocante à parte rural e urbana; de facto há zonas na cidade mal iluminadas, em contrapartida existem outras zonas excessivamente bem iluminadas tendo em conta o uso que estão a ter essas áreas da cidade. Prosseguindo, disse ainda que a Câmara deverá em colaboração com a E.D.P., promover soluções que permitam fazer uma boa iluminação das zonas rurais, uma vez que todas as Freguesias rurais têm núcleos urbanos e esses núcleos urbanos das freguesias devem ter o mesmo nível de iluminação rigorosamente igual ao Centro da cidade, considerando assim, que se isto for feito está-se a tratar todo o concelho de maneira uniforme - não se defende que os caminhos rurais sejam iluminados - defende-se sim, que os núcleos urbanos de todas as freguesias sejam Eirol, Nariz, Esgueira, S. Bernardo, Aradas, NãSrã de Fátima etc, tenham um tratamento em termos de iluminação, rigorosamente igual àquele que é feito na cidade, entendendo que só assim se caminhará para um concelho equilibrado e harmonioso e não apenas um concelho constituído pelas Freguesias de Glória e Vera-Cruz. Disse ainda, que o Plano não contempla um problema que a seu ver é de uma premência extrema - trata-se da travessia dos canais da Ria. Referiu que em tempo teve já a oportunidade de chamar atenção para os actuais "pontões" que atravessam a Ria e que são numerosos; na altura o Executivo Municipal defendeu-se e encerrou o assunto dizendo que os pontões não eram da responsabilidade da Câmara - "de facto os pontões são da inteira responsabilidade da Câmara Municipal, não só a sua execução como também o seu projecto e inclusivamente a sua implantação", segundo este Vogal a J.A.P.A. limitou-se a dizer que aprovava a sugestão da Câmara a título provisório. Porém, passaram-se já seis anos e torna-se urgente que a Câmara tome uma iniciativa no sentido de transformar aqueles pontões em obras definitivas, obras que estejam ao nível da Ria que atravessam e que não desmereçam em re-

14. *J. M. P. ...*

lação à Ponte de S. João, que foi feita há dezenas de anos e ainda hoje os Aveirenses se podem orgulhar dela. Relativamente à Higiene e Salubridade Urbana, considerou que deve ser criado um serviço de apoio eficaz à reparação e conservação dos contentores, uma vez que quer na cidade quer nas zonas rurais existem contentores em muito mau estado de conservação. No que se refere ao Mercado Abastecedor, lamenta que tal empreendimento não esteja a ter qualquer utilização prática, servindo neste momento de abrigo a famílias ciganas. Disse não entender também o facto da Central de Camionagem estar parada há vários anos, sem que no entanto alguém interessado reclame o seu funcionamento; tudo indicando portanto que tal obra se projectou, apenas com o intuito de se fixar verbas no concelho, o que do seu ponto de vista, considerou pouco moral, por entender que se a autarquia não tem capacidade de utilizar verbas em obras que possam ter uma utilização prática e de aproveitamento imediato, não deve captar essas verbas, considerando assim que talvez seja mais moral, mais decente, que as verbas sejam canalizadas para outros Municípios onde de facto tais necessidades se verifiquem. Pretendeu saber ainda qual o ponto da situação relativo a este problema, bem como o local de implantação do Mercado Abastecedor.

No que se refere às zonas industriais, disse concordar com a implantação das mesmas, chamando no entanto atenção para o tipo de indústria a instalar, tendo em vista a preservação do ambiente. Prosseguindo, e abordando a problemática do estacionamento, disse que o mesmo está quase a atingir um ponto de difícil solução, por isso apelou para o Executivo para que tenha a coragem de revolucionar estruturalmente a circulação do trânsito e do estacionamento na cidade. Relativamente às zonas ajardinadas, disse estar a Câmara Municipal preocupada e muito bem, com o alargamento e criação de novas zonas ajardinadas; todavia considerou que existe uma grande zona verde que não está a ser devidamente aproveitada pelo Município, referindo-se concretamente ao Parque D. Pedro V, desafiando a Câmara a intervir naquele espaço com vista a dar-lhe um melhor aproveitamento, o qual pode ser feito através de pequenas intervenções pouco dispendiosas, restituindo assim o Parque D. Pedro V, à população de Aveiro.

Relativamente à preservação de edifícios na cidade, disse que Aveiro tem um património construído, que é relativamente pobre do ponto de vista arquitectural, no entanto tem exemplos valiosos de arquitectura espontânea e que é o Bairro da Beira-Mar, tornando-se necessário portanto que a Câmara defenda aquilo que existe, não só preservando, mas sobretudo valorizando aquilo que foi feito, tanto antigo como moderno; referindo a título de exemplo o edifício no qual a própria Assembleia está instalada e que

tem hipóteses de ser valorizado se o libertarem da construção antiga que lhe está anexo e que é o edifício do Banco Burnay.

Neste momento deu entrada na sala o Vogal Armando Vieira.

Seguidamente usou da palavra o Vogal João Tavares, para referir que existe uma grande concentração de construção de habitação social na Freguesia da Glória, o que obriga a que os habitantes de outras freguesias tenham que abandonar o seu "habitat" e instalarem-se na referida freguesia. Lamentou o facto da Freguesia de Esgueira, bem como outras não terem sido contempladas neste e noutros aspectos do Plano de Actividades. Disse ainda que a Freguesia de Esgueira dispõe de terrenos em Tabueira e Mataduços, destinados à construção de habitação social, no entanto lamenta que até ao momento não se tenha desenvolvido qualquer acção nesse sentido. Seguidamente criticou a maneira como está a ser feito o realojamento das famílias ditas carenciadas, porquanto se estão a realojar famílias que têm razoáveis condições de habitação, preterindo para segundo plano aquelas que vivem de facto em más condições. Prosseguindo, manifestou o desejo de ser informado sobre o que é que a Câmara considera a Qtª do Cruzeiro em Esgueira - se é toda a faixa que diz respeito à construção "JOBAN" até à circular de Esgueira ou se abrange mais alguma área?

No que se refere à Higiene e Salubridade Pública, considerou que a Freguesia de Esgueira está a suportar os lixos provenientes de todo o concelho, resultando consequentemente queixas das populações que residem nas imediações, uma vez que a queima dos lixos provoca intensa poluição, considerando que o Executivo deve tomar medidas tendentes à resolução do problema, tendo fundamentalmente em vista eliminar a lixeira daquele local.

Relativamente ao Mercado de Esgueira, pretendeu esclarecimentos quanto ao local exacto da sua implantação. No que respeita ao Centro de Saúde de Esgueira, questionou a Câmara pelo facto de não ver contemplado neste Plano de Actividades a aquisição de terreno com vista à construção do referido Centro, considerando portanto que se trata de uma grande lacuna, dado a Freguesia de Esgueira ser uma das mais populosas do concelho. Quanto à iluminação pública, disse que Esgueira, é das Freguesias mais mal iluminadas do concelho, pelo que solicitou ao Executivo para que pressione a E.D.P., no sentido de melhorar a zona urbana da Freguesia, bem como a rural no que se refere à iluminação.

A terminar referiu ainda que também não vê neste

Plano de Actividades, a solução para o problema dos transportes na Freguesia de Esgueira. As deficiências nesta área continuam a fazer-se sentir em especial nas zonas rurais de Tabueira, Mataduchos e Paço, fazendo um apelo para que se tomem medidas tendentes a solucionar o problema.

Seguiu-se no uso da palavra o Vogal Custódio Ramos, para te-
cer algumas considerações relativas ao documento em discussão, nomeadamen-
te quanto ao facto da Câmara não ter remetido fotocópia da acta, da delibe-
ração de Câmara que aprovou o referido documento, uma vez que tal permiti-
ria dar a conhecer a esta Assembleia, o posicionamento de todos os membros
que compõem o Executivo; considerando ainda que tal acta a ser distribuída
serviria de introdução à matéria. Prosseguindo, e no que se refere ao Plano
na sua globalidade, o qual foi definido pelo Executivo como um Plano de ri-
gor, parece no entanto que no aspecto contabilístico não haverá assim tanto
rigor, todavia tal ideia parece mais estar ligada à sua execução, já que o
mesmo foi definido também como um Plano exequível. Continuando no uso da pa-
lavra o referido Vogal, disse que se tivesse que adjectivar o Plano, classi-
ficá-lo-ia de "Plano tímido"; isto porque disse achar que o mesmo deveria
ter mais rasgo, mais coragem, mais entusiasmo na perspectiva de um mandato
de mais de três anos que ainda falta cumprir. Referiu também que o Plano
em causa não define certas matérias, nem traça nem assume compromissos como
por exemplo no que se refere à política de solos - fala-se em habitação so-
cial, de facto tem sido feito alguma coisa nesse campo, contudo o problema
da Habitação não se resolve somente através da Habitação Social - é importan-
te a existência de um "banco de terrenos", de forma a permitir que a sua
intervenção no mercado imobiliário, facilite a auto-construção, uma vez
que está demonstrado que na zona de Aveiro os terrenos atingem valores ele-
vadíssimos, entendendo portanto que tal problemática só se solucionaria com
uma política deste estilo, e a única entidade com capacidade para intervir
nesta área é sem dúvida a Câmara Municipal. Salientou também que o Plano
contém mais uma vez um determinado número de intenções, como por exemplo a
questão do Pavilhão do Galitos, a Pista de Tartan, Av. Central, os novos
Mercados, o Parque de Campismo, Planos de Urbanização do Cojo etc.. Todavia,
considerou que se tratam de projectos que vêm transitando ao longo dos anos,
criando a ideia nas pessoas de que se continua a falar apenas em desejos e
não propriamente na execução ou na vontade de executar obras concretas. A
terminar referiu-se também à carência de instalações com que os Serviços Mu-
nicipalizados se debatem, bem como a própria Câmara Municipal, encontrando-
se os primeiros instalados provisoriamente desde 82, num pré fabricado, con-
tinuando por outro lado a Câmara a arrendar imóveis para instalar os res-

pectivos Serviços, sugerindo como solução para o problema a construção de um edifício moderno e funcional, tendo em vista a instalação de ambos os Serviços.

Seguidamente usou da palavra o Vogal Olinto Ravara, para referir que o Executivo deveria ter apresentado um Plano de Actividades a médio prazo. Salientando também que é normal quando se trata de um Plano de Actividades, fazer acompanhar o mesmo de um documento anexo e que é o cronograma da execução material desse Plano e que não foi apresentado. Prosseguindo, disse que gostaria de ouvir os Presidentes das Juntas de Freguesia a dizerem em que é que o Plano poderá mexer com as suas freguesias, o que é que os Snrs. Presidentes de Junta pediram à Câmara e o que é que está contemplado no Plano, o que é que foi prometido o ano passado e aquilo que foi feito etc, uma vez que tal atitude seria da máxima honestidade e do máximo interesse para esta Câmara, a discussão de tais problemas, uma vez que só na apresentação e discussão dos mesmos se pode tomar consciência deles e consequentemente darem-se pistas para a sua resolução.

Usando da palavra o Vogal Jorge Nascimento, começou por referir que o Plano apresentado, está ligado de certa forma a um surto de desenvolvimento e progresso da cidade de Aveiro. Considerou que muito embora hipoteticamente o mesmo possa não vir a ser cumprido na íntegra, entende que se fôr cumprido numa percentagem acima dos 70%, como tem sucedido com Planos de anos anteriores, será de facto muito bom. No que se refere às obras constantes no mesmo, disse que tais obras não são apenas de periodicidade anual, existindo também obras a médio prazo. Assim, considerou que o Plano em causa tem fôlego em termos futuros, sendo na generalidade um documento positivo, tendo havido na sua elaboração o cuidado de auscultar a opinião dos directamente interessados, concretamente os Snrs. Presidentes de Juntas de Freguesia.

Seguidamente usou da palavra o Vogal Vítor Mangeirão, que começou por referir que seria de esperar que a Câmara em relação a este Plano de Actividades, que é o primeiro Plano dos quatro anos de mandato, se tivesse preocupado em fazer algo mais que um Plano de mera gestão, uma vez que considerou que a diferença entre este Plano de Actividades e um Plano qualquer de mera gestão, não é nenhuma. Prosseguindo, disse também não existir no referido Plano, uma interligação entre os vários capítulos das actividades, muito menos existe aquilo a que se chama um texto programático, isto é, qualquer coisa que indicie pistas para uma possível interpretação dos porquês, dos respectivos montantes inscritos, bem como a opção

por certas obras e não de outras; em suma, não refere os porquês de certas prioridades. Desconhece-se também quais os critérios que foram adoptados para a escolha de tais prioridades, muito embora manifestasse o desejo de os conhecer. Referiu ainda que com o Plano ora apresentado, esta Assembleia não terá hipóteses de saber muito bem o que é que a Câmara projecta em termos de futuro, até porque e já se ouviu nesta Assembleia, que o Plano não deverá ser cumprido na íntegra, considerando isto a própria negação da credibilidade com que alguém deve à partida apresentar um Plano. Assim, e quando o Plano em causa, vem à partida sugerido como um Plano de rigor e se esse Plano começa logo a ser desculpado ainda antes de começar a ser aplicado, então o que seria se esse Plano não fosse cognominado de Plano de rigor?

No que se refere ao progresso da cidade de Aveiro, considerou que o mesmo é de facto notório, todavia e a título de comparação, disse não saber se neste momento, tirando algumas zonas muito específicas e recônditas do país, se o progresso de outras cidades também não é de igual modo notório? referindo por exemplo Vila Real, Coimbra, Leiria, Viseu etc.. Considerando portanto que se Aveiro progrediu foi por que de facto teve que progredir mercê de uma conjuntura favorável que beneficiou também outras cidades. Porém, salientou que há que ter em atenção o tipo de progresso que interessa para Aveiro - isto é, se se gosta dele tal como está a ser feito, ou se por outro lado as pessoas devem estar sensibilizadas a exigir de si mesmas um progresso de qualidade, na medida em que hoje verifica-se que há cidades do país que progrediram muito, porém estão a braços com graves problemas motivados por esse crescimento desordenado. Prosseguindo, e tendo em conta que o Plano remete muito para o P.D.M., disse que por trás dos trabalhos do P.D.M., como acontece por trás da apresentação deste Plano de Actividades, não houve a formulação de um programa por parte da Câmara; o que para este Vogal significa que o P.D.M., serve para este Plano de Actividades se escudar em algumas áreas particularmente delicadas, acrescentando que o próprio P.D.M. por sua vez tem falta de um enraizamento programático que ajude a perceber muitos dos seus porquês e das suas opções, surpreendendo-se que neste Plano, que para o Vogal é essencialmente um Plano de gestão, falte sistematização por fases, uma integração no médio prazo, pois seria justo, necessário e perfeitamente legítimo a esta Assembleia, esperar que a Câmara apresentasse neste primeiro Plano de Actividades - obras programadas até ao final do mandato, para que se pudesse avaliar como é que seria a cidade de Aveiro no término desse mandato.

Continuando no uso da palavra, salientou que pese embo-

ra o apregoado progresso de Aveiro, a Rede de Saneamento da cidade está a "rebotar pelas costuras", precisa de grandes investimentos, de opções corajosas, de grandes obras. É de facto problemático para o Executivo meter ombros à tarefa, na medida em que a mesma implica grandes problemas de trânsito na cidade (toda a gente se aborrece muito com as obras de saneamento), enfim é pouco político, provavelmente será a próxima Câmara que vai ter que aguentar as grandes obras de saneamento da cidade.

Relativamente às Escolas, disse que o Plano de Actividades minimiza em termos orçamentais aquilo que de facto as mesmas necessitam para desempenharem cabalmente as funções que lhe estão atribuídas. No que respeita à política de solos e Habitação Social, referiu que só se está a atribuir importância à zona Habitacional de Santiago, esquecendo-se desta forma toda a problemática inerente a uma correcta política de solos, uma vez que a especulação de terrenos em Aveiro, é uma das coisas mais conhecidas a nível do país pelos preços exorbitantes que aqui se praticam, quer a nível de terrenos propriamente ditos quer a nível de custos de habitação com raiz na iniciativa privada. Por tal facto, considerou que tal panorama merecia uma tomada de posição por parte da autarquia em termos programáticos, em termos de filosofia e de prioridades de assuntos a tratar, dado que esta dispõe dos meios ao seu alcance para o fazer e como tal deveria agir nesse sentido - contudo neste Plano, nenhum destes aspectos foi contemplado.

Relativamente à política de ambiente, referiu que o Plano de Actividades reduz a questão do ambiente ao problema dos jardins, os quais têm merecido um particular cuidado por parte da Câmara Municipal; entende ser de louvar o trabalho e o cuidado da Câmara no âmbito das zonas verdes, todavia o problema do ambiente é demasiado importante para se circunscrever apenas às flores e às árvores que se vão plantando pela cidade.

Seguidamente referiu a importância que tem para as juntas de Freguesia a delegação de competências, já que isso é possível e traduz-se numa maior autonomia na elaboração e execução dos trabalhos das respectivas Juntas, transferindo também a autarquia as verbas necessárias para que os trabalhos se possam desenvolver normalmente. Existem sem sombra de dúvida trabalhos a executar nas Freguesias, todavia o Plano não contempla a autonomia desejada, considerando que é de lamentar verem-se Presidentes de Juntas, que estão nesta Assembleia por inerência de funções, terem que utilizar a Assembleia, para falar dos problemas específicos das suas Freguesias, quando na realidade não deveriam precisar de o fazer, mas

falar apenas enquanto membros desta Assembleia - porém, constata-se a cada passo, que têm que ser nesta Assembleia, que os Presidentes de Junta levantam os problemas das suas Freguesias e isto porque não encontram outra forma de os resolver.

A terminar, referiu ainda que os problemas de trânsito e estacionamento não foram devidamente contemplados neste Plano de Actividades.

Novamente no uso da palavra o Vereador Martinho Pereira, admitiu que de facto a deliberação de Câmara que aprovou o Plano de Actividades, deveria estar anexa ao respectivo Plano, no entanto informou que houve unanimidade na aprovação do mesmo, o que já não aconteceu quanto ao orçamento, tendo sido aprovado, verificando-se contudo quatro abstenções. Quanto ao facto de se dizer que o Plano é repetitivo, salientou que é lógico que de ano para ano transitem trabalhos, e sendo assim qualquer Plano tem que ser forçosamente repetitivo. No que se refere à listagem de intenções, considerou que havendo determinadas tarefas que transitam de uns anos para os outros, forçosamente terão que ser as mesmas e as intenções são na verdade a sua concretização. Houve também preocupação do Executivo no sentido de não maximizar o Plano, mas sim de o tornar uma realidade, isto é, dar cumprimento às obras contempladas. No que se refere à questão do P.D.M., salientou que o mesmo foi muitas vezes consultado e não conduzido pelo Plano, na elaboração do Plano consultou-se muitas vezes o P.D.M., não no sentido de o coagir a determinadas intenções, mas sim de se saber qual a intenção do P.D.M., para o Plano se subordinar às suas directrizes.

Relativamente à Jerónimo Pereira Campos, disse tratar-se de uma obra que não é da responsabilidade do Município, mas sim da Administração Central, muito embora o Município tenha uma pequena quota parte de responsabilidade financeira; e por se tratar de uma obra que não está propriamente no âmbito da autarquia, não terá a mesma que estar contemplada neste Plano de Actividades. No que se refere à Habitação Social a implantar nas respectivas Freguesias, disse que tal matéria será uma realidade, uma vez que é essa a intenção do Executivo; assim que haja garantia de financiamento por parte do IGAPHE, a construção de habitação social será uma realidade, estando a freguesia de Esgueira contemplada com esse tipo de habitação. Relativamente ao realojamento de famílias carenciadas, preteridas em favor de outras com menos necessidades, disse rejeitar frontalmente tal tipo de afirmação porquanto existe um faseamento correcto elaborado pela Câmara e consequentemente o realojamento dessas famílias obede-

ce a critérios de vária ordem nomeadamente tendo em conta as carências de habitação dos referidos agregados familiares. Acrescentou ainda que a Câmara tem a máxima preocupação em fazer o realojamento com a maior justiça e isenção e por tal facto não admite tal tipo de insinuações - antes exige que sejam identificados casos concretos, estando a Câmara aberta ao diálogo e procurará de uma maneira isenta solucionar tais problemas .

Relativamente à Avenida Central, disse que a mesma implica a elaboração de estudos muito profundos e correctos sobre a segurança rodoviária dentro da própria cidade. No que respeita ao imóvel dos herdeiros da família "Albino Miranda" e que está a impedir a progressão da Av. Central, disse que a Câmara está a encetar negociações com os proprietários do imóvel; todavia se tais negociações não produzirem resultados positivos, existe a hipótese do Município declarar a utilidade pública do referido imóvel. Quanto ao atravessamento dos canais da cidade com pontões, admitiu que os mesmos são obras de grande simplicidade, muito embora seguros e de grande utilidade pública para os cidadãos; considerou porém que é de ter em conta a substituição de tais obras por outras de maior valor arquitectónico, se porventura se vier a entender que projectam uma melhor imagem da cidade. No que se refere à manutenção de contentores, informou que existe um serviço específico que cuida da desinfeção e da limpeza dos mesmos. Relativamente ao facto do Snr. Presidente da Junta de Esgueira, ter dito que a freguesia a que preside não é contemplada neste Plano, considerou que tal não corresponde à verdade, porquanto estão previstos trinta projectos para Esgueira, dos quais quinze são de rede viária, sendo portanto esta freguesia a que tem maior número de inscrições em todo o Plano. Quanto ao enquadramento do Plano, em médio e longo prazo, disse ser evidente que o que está em discussão é um Plano de Actividades anual, assim o enquadramento do mesmo num plano de médio e longo prazo é implícito, citando a título de exemplo a Av. Central, a qual está em construção há vários anos e continuará a ser construída para lá deste ano. Sobre a alusão à falta de uma nota introdutória que ajudasse a entender melhor o plano , disse estar de acordo coma mesma, no entanto tal não foi feito apenas por falta de tempo e não por falta de consideração pela própria Assembleia, porém futuramente tal aspecto deverá ser tido em linha de conta. Relativamente ao cronograma de execução material do Plano, considerou correcta a observação em termos teóricos, todavia na prática não se torna exequível, motivado por factores circunstanciais impossíveis de prever. A terminar e no que se refere à política de ambiente, salientou a importância que tem a Associação de

Municípios da Ria no processo de despoluição, dado que só com um esforço conjunto, será possível reunir condições quer de ordem técnica quer económica, para a prossecução dos objectivos comuns e que visam fundamentalmente o equilíbrio ambiental.

Usou seguidamente da palavra o Vereador Celso Santos, para referir que existe uma razão que motivou o não aumento de verbas no capítulo da Cultura e como tal o montante da verba atribuída integra uma opção - construção da nova Biblioteca Municipal, opção que foi feita e que tem que ser mantida, esperando-se que o referido empreendimento esteja concluído no próximo ano.

Salientou também que o facto de não se fazer qualquer referência à "Jerónimo Pereira Campos", deriva do facto da obra estar já adjudicada ao empreiteiro e em plena fase de construção e de se tratar também de uma obra da responsabilidade do Instituto de Emprego e Formação Profissional de acordo com o protocolo feito há uma dezena de anos. No que se refere à desactivação do Mercado Manuel Firmino, após os novos Mercados estarem em pleno funcionamento, informou que é intenção da Câmara transformar todo aquele espaço num espaço cultural; todavia quando se arranca para este tipo de solução, têm que ser ouvidas as Juntas de Freguesia, bem como a Assembleia, podendo até esta ideia não se concretizar e entretanto surgirem outras ideias. Quanto ao Mercado Abastecedor, disse estar nas intenções da Câmara, retirá-lo do local onde se encontra, ainda antes do próximo Verão e transferi-lo para a zona da Estação dos Caminhos de Ferro. Existe já um projecto para a construção de um Mercado naquela zona, estando apenas o seu arranque dependente da aprovação de Fundos Comunitários. No que se refere à vivência do Parque D. Pedro V, disse tratar-se de uma preocupação antiga que tem sido bastante discutida; de facto o mesmo encontra-se fechado e é intenção da Câmara, além de se poder vir a utilizar a Casa de Chá do Parque, abrir um acesso a partir da Rua Mário Sacramento, dando-se assim mais vida e um melhor aproveitamento ao Parque.

A terminar e no que se refere à recuperação e conservação dos edifícios, disse que o Gabinete de Recuperação Urbana, apresentou já um amplo projecto - da parte dos Serviços de Cultura tem havido também um acompanhamento, a Câmara pensa ainda classificar esses edifícios de forma a obter alguns apoios do I.P.P.C., considerando portanto que é um assunto que merece toda a atenção por parte da Câmara, na defesa daquilo que é o Centro Histórico de Aveiro.

Seguidamente usou da palavra a Vereadora Amélia Brito, para referir que é de facto preocupante o problema do Centro de Saúde de Esgueira. A demonstrar essa preocupação deu conhecimento relativamente à

população abrangida por todas as unidades de Saúde - assim na unidade de Saúde de Esgueira há uma abrangência de doze mil seicentos e sete utentes; mas para além deste número, que considerou dramático, existem 65 331 utentes no Centro de Saúde de Aveiro, nas actuais instalações e que são do conhecimento geral. A Câmara Municipal, de acordo com as dotações orçamentais, teve que definir prioridades e a prioridade definida foi sem dúvida o Centro de Saúde de Aveiro, sendo também definido de comum acordo entre a Câmara e a Administração Regional de Saúde, o local onde o mesmo ficaria instalado. A Câmara, iniciou já o respectivo processo tendo em vista a aquisição dos terrenos necessários, porém ficou surpreendida quando teve conhecimento que a Administração Regional de Saúde não inscreveu em PIDAC o referido Centro de Saúde de Aveiro. Prosseguindo, salientou que tem havido por parte da autarquia um esforço notável na área da saúde ao nível do concelho; porém e face à não inscrição em PIDAC, do empreendimento, a Câmara ficou absolutamente limitada em relação às suas disponibilidades orçamentais. A Câmara vai avançar com a aquisição de terrenos para o Centro de Saúde de Aveiro, não pondo de lado o Centro de Saúde de Esgueira, no entanto irá dar prioridade ao Centro de Saúde de Aveiro. Referiu ainda que em relação a esta prioridade, uma vez que não há inscrição no PIDAC, por parte da Administração Regional de Saúde, não há grandes esperanças de efectivamente se poder avançar mais do que para além da oferta de terrenos à Administração Regional de Saúde. No que se refere ao Centro de Saúde de Esgueira, que admitiu tratar-se de uma carência importante para a freguesia, lembrou que existe no lugar de Tabueira uma unidade de Saúde construída pela Câmara, muito embora a Administração Regional de Saúde não tenha providenciado ainda o seu equipamento, bem como o respectivo pessoal, por considerar não haver necessidade da mesma, no entanto salientou que a unidade de Saúde de Esgueira não deixa de estar nas intenções da Câmara torná-la realidade. No que se refere às verbas para a educação e Cultura, considerou as mesmas escassas em termos orçamentais, todavia em relação ao anterior Plano, subiu-se de 2,7% para 4,3%. Esta subida não será no entanto a ideal, porém disse ter sido já positiva, havendo rúbricas cuja percentagem de aumento foi de 100%.

Não se registando mais intervenções o Presidente da Assembleia submeteu à votação na GENERALIDADE o PLANO DE ACTIVIDADES PARA O ANO DE 91, DA CÂMARA MUNICIPAL, tendo o mesmo merecido aprovação por dezasseis votos a favor, dez contra e quatro abstenções.

Seguiram-se várias declarações de voto:

Do Vogal Armando Vieira nos seguintes termos: - "lamento bastante ter que votar contra este Plano de Actividades, isso pode parecer

a quem desconheça e nomeadamente aos Vereadores que estão agora pela primeira vez na Câmara, que vão ser executadas muitas obras na minha Freguesia; tenho que dizer que na verdade, dos arruamentos que vão ser alcatroados, cinco deles são todos de três Planos de Actividades anteriores".

Do Vogal António Salavessa: - " Tendo em consideração a posição previamente assumida pelo Snr. Custódio Ramos e que me dava a indicação clara de que não estava em causa a passagem ou não do Plano de Actividades, portanto não se colocavam problemas de eficácia do voto, não tive qualquer dúvida em votar de acordo com a intervenção que tinha produzido em relação às discordâncias de tudo que apresentei previamente, e também mais uma vez o repito, pelo facto , que o fiz de certa forma de consciência tranquila, visto que a C.D.U., não teve possibilidade de colaborar dentro do Executivo Municipal para a melhoria do Plano ".

Do Vogal José Luís Christo: - " votei favoravelmente porque não há motivos nenhuns que levem a votar contra".

Do Vogal João Tavares: - " a minha declaração de voto é negativa pelo simples facto de: primeiro não ter sido respondido na íntegra aos pedidos de esclarecimento; quero dizer que não estou aqui a fazer qualquer tipo de oposição a nada nem a ninguém; apenas estou aqui a defender os interesses da minha freguesia e portanto pedi um esclarecimento e não fiz afirmações que não eram verdades. Estou disposto a ir com o Snr. Coronel Martinho, mostrar-lhe as habitações que foram dadas a pessoas que tinham as condições que acabo de referir e que existem as condições degradantes daquelas que ainda não foram contempladas - vou mostrar-lhe "in loco" para confirmar a veracidade desta afirmação".

Do Vogal Nuno Tavares: -" Quero afirmar que até ao início da última intervenção do Snr. Coronel Martinho, dei sempre o benefício da dúvida à Câmara, só que foram aqui expostas e lapidadamente expostas pelo meu colega de bancada Dr. Vitor Mangerão, as razões de fundo que lhe parecia ser possível criticar neste Plano de Actividades apresentado pela Câmara. Essa razão de fundo era a seguinte: - ao contrário do que diz o Snr. Coronel Martinho, um Plano quanto a mim não é apenas o enunciado de realizações, esse enunciado de realizações tem de facto que ter subjacente uma filosofia um projecto uma escolha de prioridades. Não vejo de facto isso no Plano, isso seria suficiente! ou foi defeito meu ou o Snr. Coronel Martinho não foi suficientemente explícito para contradizer a intervenção do Dr. Vitor Mangerão. Sem projecto, sem filosofia, sem enunciar prioridades, isto não é mais que um conjunto de realizações dispersas destinadas apenas a meu ver a preencher rúbricas e incluir números. Falou o Snr. Coronel Mar-

tinho além disso, em Habitação social, para mim e confesso que não sei se a culpa será integralmente da Câmara, bastava-me olhar a capa deste Boletim Informativo, para votar contra só a matéria de Habitação Social, porque estas gaiolas que aqui se apresentam não são dignas de pôr pessoas lá dentro - as pessoas e as famílias merecem outra coisa que não estes caixotes, que não dignificam de maneira nenhuma o Arquitecto que as desenhou - eu próprio era capaz de desenhar coisas semelhantes se tivesse oportunidade para isso; portanto o meu voto não poderia ser outro - votei contra conscientemente e no sentido de não obstaculizar ou de fazer oposição por oposição, mas no sentido de fazer ver à Câmara que é necessário digamos, uma voz crítica aqui para ver se são percorridos caminhos diferentes".

Do Vogal Victor Mangerão: -" parafraseando a lapidar declaração do meu caro colega Dr. José Luís Christo, eu votei contra porque não encontrei razões para votar a favor".

Do Vogal Custódio Ramos: -" a bancada do Partido Socialista, votou pela abstenção face à ausência de perspectiva e projecção para o próximo triénio a que corresponde o mandato deste órgão; sendo no entanto nossa intenção mais uma vez conceder o benefício da dúvida".

Neste momento saiu da sala o Vogal Jorge Nascimento.

Antes de se entrar propriamente na especialidade, o Presidente da Câmara usou da palavra para explicar a sua ausência ao início desta reunião, ausência essa motivada pela necessidade de estar presente em Lisboa, na cerimónia presidida pelo Snr. Ministro das Obras Públicas e que se saldou na atribuição de uma verba de cem mil contos, relativa ao empreendimento da zona Habitacional de Santiago ou seja das tais "gaiolas" que o Snr. Dr. Nuno Tavares, aqui falou e que o Snr. Ministro ainda há bem pouco tempo na cerimónia a que presidiu, considerou do melhor empreendimento do País a nível de Habitação Social. Foi possível portanto salvaguardar cem mil contos para pagamentos ao empreiteiro, tendo em vista a continuidade do empreendimento. Respondendo à questão das "gaiolas" referiu o seguinte: -"o Dr. Nuno Tavares, vai-me desculpar, tomara eu que houvesse muitas "gaiolas" daquelas nesta cidade, com a dignidade que aquelas têm. Vamos ver se nós conseguimos fazer ainda mais daquilo que é o maior empreendimento Habitacional do país como ainda hoje foi referido. Quem me dera a mim ter casas com aquela dignidade - chamar "gaiolas", é uma ofensa ao esforço do Estado e ao esforço da Câmara e ao esforço do empreiteiro e do projectista! - é evidente que a habitação social tem regras, tem limites e tem preços controlados".

Tomando a palavra o Vogal Vitor Mangerão, fez a seguinte chamada de atenção: - "disse não lhe parecer muito curial que depois das

26
J. Alfredo
Brito

declarações de voto, após uma deliberação tomada por esta Assembleia, haja qualquer espécie de comentários opinativos sobre aquilo que foi contido nas declarações de voto, como o Snr. Presidente da Câmara agora o fez"

ESPECIALIDADE

OBJECTIVO 01 - EDUCAÇÃO/ENSINO

Usou da palavra a Vereadora Amélia Brito, para fazer apresentação do referido ponto. Começou por considerar o objectivo prioritário, no entanto o plano de acções proposto não é o ideal, contudo referiu que é o plano possível dentro das restrições orçamentais. Saliu-se seguidamente que a aprovação do F.E.F. virá a possibilitar a transferência para a Câmara de uma verba de cem mil contos, transferência essa que motivará em tempo oportuno uma Revisão do Plano e do Orçamento e que poderá ter algum impacto na área da Educação e Ensino. A elaboração e a selecção destas prioridades foram feitas segundo a Vereadora, com critérios de máximo rigor. Foram auscultados os representantes da área de Educação e Ensino os quais forneceram os elementos da situação relativos à Educação e Ensino no concelho de Aveiro, bem como no seu distrito. Prosseguindo, explicou que a Câmara se propõe executar com todo o rigor as acções programadas neste plano, estando contempladas também neste Plano, algumas acções que transitaram já de anteriores mandatos. Relativamente aos vários graus da ensino existem algumas inovações que consistem em lançar um forte apoio ao ensino especial, iniciando-se para tanto este ano, um diálogo permanente, sistematizado, com instituições a nível da administração Regional do Ministério da Educação, para intervenção no sucesso Escolar. Dentro deste plano a Câmara tem projectos elaborados em comum com essas instituições e vai avançar com um projecto próprio, que será efectivamente um elemento vocacionado para a intervenção como elo de ligação Câmara/Instituições, pretendendo-se criar uma dinâmica nova de ligação da Escola à Comunidade. No que se refere ao ensino primário, há também uma novidade que consiste no lançamento de uma ludoteca, a qual terá uma grande incidência sobretudo a nível da infância, mas também a nível da pré-adolescência. Quanto à rede da pré-primária, disse haver uma cobertura no concelho na ordem dos 80%; no entanto há saturação dessa rede, concretamente nos lugares de Esgueira, Azurva, Bonsucesso, havendo necessidade portanto de mais financiamentos para se avançar com outros projectos nessa área. A terminar, referiu que de facto se verifica um aumento substancial do investimento da Câmara na área do Ensino, focando também a

27. *Almeida*
J. F. F. F. F.

necessidade premente da construção da Secundária de Cacia, todavia para o efeito torna-se também necessária a colaboração da Administração Central no que respeita a financiamentos, os quais a conseguirem-se a Câmara tudo fará para que o projecto da Escola seja uma realidade.

Aberta a discussão usou da palavra o Vogal Ferreira da Silva, que começou por considerar prejudicado o objectivo em relação ao ano anterior em cerca de 20%, dado que vem de um orçamento de 96 mil contos e o presente objectivo fica-se apenas pelos 75 mil contos. Fazendo também uma comparação com as dotações anteriores verifica-se uma diminuição no valor das verbas atribuídas. Por tal facto, disse pensar que mais uma vez neste capítulo o Plano não passa de uma mera listagem de intenções e é também repetitivo.

Seguidamente usou da palavra o Vogal Armando Vieira, para lamentar o facto de mais uma vez não ver incluída no Plano de Actividades a construção da Escola pré-primária de Oliveirinha, posto que a mesma vem sendo solicitada há vários anos. Pretendeu saber ainda qual o tipo de apoio que está destinado à construção da Escola Ciclo/Secundária. A terminar alertou para o facto da pré-primária na freguesia de Oliveirinha, não ir além dos 30%.

Seguiu-se no uso da palavra o Vogal José Luís Christo, que pretendeu saber se a Escola de Sã-Barrocas é a mesma que está prevista para a zona das Agrads do Norte, ou se se trata efectivamente de duas Escolas, uma vez que no Plano de Urbanização das Agrads do Norte recentemente aprovado pela Câmara e por esta Assembleia, está prevista uma zona para uma Escola, designada por E-1. A terminar, pretendeu saber também se a aquisição dos terrenos necessários à construção de novas Escolas, são da responsabilidade da administração autárquica ou se da responsabilidade da Administração Central, bem como a respectiva construção.

Neste momento saíram da sala os Vogais Manuel António e Nuno Tavares.

Usou seguidamente da palavra a Vogal Ester Martins, que começou por se regozijar com o facto de se notar já neste Plano, uma certa aproximação da Câmara Municipal, em relação às Escolas, o que, e segundo a Vogal, não se verificava em anos anteriores. Prossequindo, fez alguns reparos relativos ao funcionamento prático dos Transportes Escolares; pretendeu saber ainda se as projectadas Escolas Ciclo/Secundária, prevêm já o ensino integrado e se está ou não previsto a Construção de um Pavilhão Gimno-desportivo para a Escola Secundária de Esgueira, uma vez que o Plano de Actividades nada refere nesse aspecto.

Neste momento saiu da sala o Vogal Ferreira da Silva.

Usou seguidamente da palavra o Vogal Custódio Ramos, para tecer alguns comentários relativos ao objectivo em causa. Referindo-se à ludoteca, disse que de facto já em Planos anteriores apareceu a ludoteca inserida num plano de cultura; ao contrário vem agora no objectivo Educação, o que para este Vogal não é a mesma coisa, receando mesmo que a ludoteca inscrita se circunscreva a uma pequena sala de uma qualquer Escola, abrangendo apenas um determinado nível etário, quando na realidade se deveria procurar atingir um leque etário muito mais vasto.

Tomando a palavra o Vogal Vitor Mangerão, considerou a questão da ludoteca uma ideia maravilhosa, entendendo que deve ser agarrada e incentivou a Câmara a avançar com a mesma.

Novamente no uso da palavra a Vereadora Amélia Brito, disse que relativamente aos objectivos definidos na nota introdutória e as acções seleccionadas neste Plano de Actividades nas rúbricas em foco, ultrapassarão o horizonte temporal deste mandato. No que se refere ao escasso apoio financeiro, salientou que o Plano foi definido em função de restrições orçamentais, em suma em função de grandes dificuldades financeiras, o que não significa que se porventura a Câmara vier efectivamente a receber os cem mil contos do FEF, haja uma revisão orçamental e consequente reforço de verbas naquelas rúbricas onde de facto são mais escassas. Quanto ao facto de não vir contemplado no Plano a Pré-Primária de Oliveirinha, deve-se pura e simplesmente às restrições orçamentais. No que respeita à questão suscitada pelo Vogal José Luís Christo, relativamente à Escola São-Barrocas, disse tratar-se efectivamente da Escola das Agradas do Norte. Relativamente à Escola C/S, compete sem dúvida nenhuma à Câmara a disponibilização dos terrenos e das infraestruturas; por outro lado compete à Administração Central investir no financiamento da obra, desbloqueando as verbas necessárias para o efeito. No que toca a transportes Escolares, considerou ser fundamental que se faça uma revisão da rede de transportes Escolares.

Prosseguindo e no que se refere à localização de Escolas Secundárias, disse que o problema tem sido debatido, nomeadamente pela Direcção do Equipamento Escolar, tendo-se deslocado já a Aveiro alguns responsáveis, no sentido de estudarem as várias hipóteses de localização. Na área do equipamento Escolar, admitiu que há de facto Escolas com equipamento extremamente degradado - este ano providenciou-se já algum equipamento de acordo com a disponibilidade de verbas; complementarmente solicitou-se um levantamento à Delegação Escolar, sobre o equipamento e o estado do equipamento das várias escolas, levantamento esse que está já na

29. *Alcides*
J. Ferreira

posse da Câmara, aguardando-se apenas aprovação do orçamento para posteriormente se proceder à adjudicação do respectivo material. A terminar, no que se refere à ludoteca, disse conhecer perfeitamente os projectos de ludoteca a funcionar na cidade do Porto, os quais têm na realidade um apoio muito particular da Câmara Municipal dessa cidade, acrescentando que seria de facto este tipo de ludotecas que gostaria de ver implantada no concelho de Aveiro. Informou ainda que foi já proposto à Câmara Municipal a contratação de uma Animadora Cultural, com especialização na área das ludotecas para se encarregar do lançamento das mesmas, contudo disse aguardar-se uma próxima reunião do Executivo Municipal, para clarificação da proposta.

Usando da palavra a Vogal Ester Martins, solicitou esclarecimentos relativos à posição da Câmara quanto ao Ensino-Integrado e quais as acções que pensa desencadear nesse âmbito e ainda se as futuras construções escolares a levar a efeito prevêm de facto esse tipo de ensino?

Novamente no uso da palavra a Vereadora Amélia Brito, esclareceu que de acordo com os estudos prévios do P.D.M., nesta área, prevê-se que efectivamente as novas Escolas que venham a ser projectadas sejam C/S, vocacionando as Escolas de Esgueira, Escola José Estêvão e Secundária nº1, para um Curso Complementar. Dado tratar-se de um problema essencialmente pedagógico a Direcção-Geral do Ensino Secundário terá que dar o seu parecer neste aspecto. No entanto a tendência para a especialização em termos de aprendizagem das Escolas Secundárias e Preparatórias, é uma realidade que justifica uma lei de bases que deverá ser feita, definindo a mesma quais as Escolas que estarão vocacionadas para o Ensino Integrado e quais aquelas que ficarão com aptência para o ensino complementar.

Seguiu-se no uso da palavra o Vereador Ferreira da Maia, que começou por informar que os passes escolares são distribuídos não só pelas Escolas Secundárias como também pelas Preparatórias, não se verificando dificuldades nessa distribuição, uma vez que houve o empenhamento e a colaboração dos directores de turma. Prosseguindo e no que se refere ao Pavilhão da Secundária de Esgueira, disse existirem vários estudos sobre o mesmo, todavia a sua execução está dependente da disponibilização de verbas. Relativamente à pré-primária de Oliveirinha e que não está contemplada neste plano, disse que uma vez que a 5ª e 6ª classes TV, iriam deixar de existir, colocou-se a hipótese a dada altura, da recuperação de uma dessas salas para colocar aí a pré-primária, admitindo-se portanto que esta hipótese possa funcionar já no próximo ano.

A terminar e no que se refere aos Transportes Escolares, informou que a partir do dia 1 de Janeiro vai começar a funcionar uma nova carreira Escolar, com partida do ciclo até ao lugar de Azenhas

de Baixo.

Usando da palavra o Vogal Armando Vieira, disse que a pergunta que tinha feito, respeitante à pré-primária de Oliveirinha, foi no sentido de saber para quando é que está prevista a criação da referida Escola e não a construção de um espaço destinado à mesma, uma vez que esta infra-estrutura escolar está pedida há vários anos, acrescentando também que se está a chegar ao final do ano de 90, sem que a Escola pré-primária de Quintans, mais uma vez não tenha sido construída.

Novamente no uso da palavra o Vogal Ferreira Maia, referiu que o problema da não construção neste momento da pré-primária das Quintans, radica nas dificuldades que a Câmara está a ter com a aquisição do terreno para esse fim, uma vez que o seu proprietário é emigrante e desloca-se a Portugal apenas uma vez por ano, dificultando por isso as negociações.

Usando novamente da palavra o Vogal Armando Vieira, referiu que o problema em causa se resume apenas a uma questão meramente política, ou seja de vontade política, isto porque hoje a Câmara está aberta a uma negociação com base em três mil contos, todavia não esteve disponível para negociar o terreno por mil e quinhentos contos, numa altura em que o seu proprietário estava na disposição de fazer o negócio, tendo autorizado a Câmara uma negociação pela Junta, com base apenas em seicentos contos.

Seguidamente usou da palavra o Vogal João Tavares, para perguntar se a carreira Escolar que vai passar a funcionar a partir de Janeiro, contempla também as povoações de Taboeira, Mataduchos e Paço?

Tomando a palavra o Vereador Ferreira Maia, esclareceu que logicamente dentro de uma política de alargamento da rede de Transportes Escolares, os trajectos que cada vez tenham mais utentes e nos quais se verifique uma certa saturação, sejam as carreiras desdobradas e foi portanto de acordo com esta necessidade que se fez o desdobramento de uma carreira que passa pela Freguesia de Esgueira, indo-se assim de encontro às necessidades da população estudantil daquela zona.

Imediatamente a seguir e uma vez que não se registaram mais intervenções, o Presidente da Mesa, submeteu à votação da Assembleia, o OBJECTIVO 01 - EDUCAÇÃO/ENSINO, tendo o mesmo merecido aprovação por vinte e um votos a favor e cinco abstenções.

Seguiu-se uma declaração de voto do Vogal João Tavares, nos seguintes termos: - "votei a favor desta proposta pelo esclarecimento que foi dado pela Vereadora Amélia Brito, que nos deixou elucidados pelas razões e pelas questões que foram aqui levantadas, portanto o esclarecimento foi na verdade bem elucidativo".

30.
Armando Vieira
Ferreira Maia

António Salavessa
J. Fernandes Gomes

Também o Vogal António Salavessa, fez uma declaração de voto nos seguintes termos: -"votei pela abstenção, porque apesar de considerar que está fundamentado e bem apresentado, ele é de facto insuficiente mesmo tendo em conta as considerações que foram aqui tecidas".

OBJECTIVO 02

CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES

Usou da palavra para fazer apresentação deste objectivo o Vereador Celso Santos, começando por se referir à construção da Biblioteca Municipal, disse que a previsão de conclusão da respectiva obra aponta para os meses de Junho/Julho. No que se refere às verbas dispendidas pela autarquia neste âmbito, salientou que a maior fatia caberá certamente à parte que respeita à leitura. Referindo-se à Biblioteca itinerante, disse que a mesma é apoiada pela Fundação Gulbenkian, permitindo assim levar a leitura às populações rurais do concelho, bem como a algumas localidades de concelhos limítrofes. Falando da Biblioteca domiciliária, referiu que a mesma se encontra em pleno funcionamento, sendo intenção desta Câmara integrá-la na Biblioteca Pública. Prosseguindo, salientou que em matéria de edições e publicações, têm sido feitas algumas edições de obras literárias pela própria autarquia e que a mesma tem apoiado também algumas edições particulares.

Seguidamente, fez referência à aquisição de obras de arte por parte da autarquia, esclarecendo que umas são oferecidas pelos artistas que expõem ao longo do ano na Galeria Municipal, de acordo com um Regulamento de utilização da galeria, outras há que a autarquia dentro de um espírito de apoio aos artistas, adquire essas obras através da compra. Referiu também que é intenção da autarquia dignificar cada vez mais a Galeria Municipal, com destaque para a qualidade das obras expostas, passando essa dignificação pelo convite a artistas de grande nomeada como por exemplo Cargaleiro, Maluda, Mário Silva etc..

Prosseguindo, referiu-se também à catalogação de azulejaria, que vem sendo feita ao longo do tempo pelos Serviços de Cultura e à Bienal de Cerâmica pela sua importância para a Região de Aveiro, no campo das artes plásticas. Finalmente e no que se refere à recuperação da Jerónimo Pereira Campos, disse aguardar que a obra se concretize, pois trata-se de empreendimento que virá certamente beneficiar a área da Cultura, na

medida em que serão criados novos espaços para as Associações se poderem instalar, anfiteatros, salas de exposições etc., o que permitirá assim a concretização de um Centro Cultural, que tão necessário se torna em Aveiro.

Seguiu-se no uso da palavra o Vereador Ferreira da Maia, para abordar questões relacionadas com o desporto, começando por referir que em termos desportivos o concelho de Aveiro é dos mais ricos em termos de Clubes, militando uma grande parte deles no escalão maior do desporto Nacional (I Divisão), nas várias modalidades desportivas. Todavia, considerou que em termos orçamentais as verbas previstas para apoio às várias modalidades, são escassas, pese embora este facto, valerá a carolice de alguns homens e técnicos dedicados à área desportiva, que vão dando o seu apoio, fomentando até algumas Associações de âmbito desportivo. Prosseguindo e relativamente ao desenvolvimento do Parque desportivo, salientou a inauguração de três Piscinas, considerando que se deverão fazer alguns melhoramentos e rentabilização das mesmas, concretamente promovendo o Ensino da Natação e a realização de alguns espectáculos. No âmbito do desporto prevê-se também a conclusão de alguns polidesportivos no concelho; prevê-se de igual forma que os Pavilhões Gimnodesportivos, projectados e aqueles que estão já em fase de construção, nomeadamente S. Bernardo, fiquem concluídos em 92. Relativamente ao Pavilhão do Clube dos Galitos, disse existir já um protocolo assinado entre a autarquia e o respectivo Clube, no sentido de se promover a sua construção, no entanto existe ainda algum confusionismo latente relativamente ao local da sua implantação, bem como no que diz respeito ao desenrolar de todo o processo inerente à sua construção, prevendo-se que no princípio do ano todos estes problemas sejam ultrapassados.

No que se refere ao Pavilhão do Inatel, disse haver ainda uma indefinição relativamente a todo o processo, uma vez que as conversações entre a autarquia e aquele organismo têm sido bastante demoradas, acredita porém que a construção deste Pavilhão, venha certamente a ser uma realidade. Quanto aos Pavilhões Desportivos, anexos aos estabelecimentos de Ensino, disse que na sua qualidade de professor, se surpreende pelo facto de algumas Escolas, estarem a ser construídas sem essa infra-estrutura de apoio, referindo que a sua construção é possível através do apoio dado pela Administração Central, no entanto esse apoio cifra-se na ordem dos 50%, suportando os Cofres Municipais o restante, tornando portanto inviável a curto prazo o apoio que a Câmara possa prestar.

No que se refere à Pista de Tartan, disse existir um protocolo entre a D.G.D./Câmara Municipal e Associação de Atletismo, com vista à concretização do empreendimento, prevendo-se a sua conclusão já

para o próximo ano.

A terminar, referiu-se ainda à importância dos tempos livres, salientando que os mesmos pressupõem espaços livres; relativamente ao circuito de manutenção do Parque D. Pedro V, disse que o mesmo não está esquecido, estando previstos alguns melhoramentos. Referiu também que a autarquia está empenhada em apoiar o desenvolvimento e o Fomento do Desporto na Região de Aveiro.

Aberta a discussão usou da palavra o Vogal João Tavares, que disse concordar com as verbas inscritas para a área do Desporto, isto é construção de Pavilhões, Campos de Futebol, Pistas de Atletismo etc., uma vez que este tipo de infraestruturas são de facto necessárias para apoio à juventude, disponibilizando assim espaços onde podem ocupar os seus tempos livres, considerando por isso que investir nesta área, nunca será demais. Prosseguindo, considerou que estão inscritas verbas que são insuficientes, nomeadamente a verba de dois mil contos para apoio à construção das bancadas do Pavilhão do C.E.N.A.P., tendo esta verba sido reduzida em relação ao Plano anterior, bem como outras verbas relativas à construção de alguns recintos desportivos, nomeadamente Azurva, Eixo, Eirol, Vilar e Bela Vista, são de facto insuficientes, pelo que pediu esclarecimentos sobre a matéria. Considerou de igual modo escassa a verba destinada às obras do Pavilhão do Clube de Esgueira. Relativamente ao Pavilhão Gimnodesportivo da Escola de Esgueira, disse lamentar o facto de não estar previsto no Plano a sua construção, uma vez que tal infraestrutura foi já pedida há alguns anos, porém contemplaram-se outras Escolas com esse tipo de infraestrutura em detrimento de Esgueira. A terminar e atendendo à escassez de verbas atribuídas a Clubes e Associações, apelou ao Executivo para que faça um esforço no sentido de contemplar a acção desportiva, tendo em conta as carências próprias de cada Clube ou Associação.

Seguiu-se no uso da palavra o Vogal Ferreira da Silva, para solicitar esclarecimentos relativos ao ponto da situação do Pavilhão do Galitos, fazendo um apelo também para que o lugar de Vilar venha futuramente a ser contemplado com infraestruturas desportivas.

Usando da palavra o Vogal Armando Vieira, pretendeu saber se na rúbrica de apoio aos grupos de teatro, está incluído o grupo de Teatro da Casa do Povo de Oliveirinha, uma vez que e segundo este Vogal o mesmo não tem tido qualquer apoio por parte da Câmara Municipal, pese embora o facto de ser um dos mais antigos grupos de teatro do concelho de Aveiro. Pretendeu saber também para quando é que se prevê abertura do concurso para a construção dos vestiários da Piscina de Oliveirinha. Chamou atenção

Costa
J. Mendes Lourenço

ainda para a redução que se tem vindo a fazer nas verbas destinadas à conservação da Pista de Atletismo de Oliveirinha, considerando-as insuficientes para fazer face às despesas de conservação e manutenção da mesma. Solicitou também ao Executivo para que mande proceder à cobertura da Pista com pó de tijolo, recuperando-a no sentido de torná-la apta para a prática de provas desportivas, uma vez que em seu entender a Pista de Tartan, não resolverá todas as necessidades desportivas do concelho de Aveiro. A terminar, referiu-se ao abandono a que tem sido votado o lugar de Quintans, porquanto várias vezes tem solicitado a construção de um Polidesportivo naquele lugar, contudo mais uma vez verifica que o lugar de Quintans não foi contemplado.

Seguidamente usou da palavra o Vogal Cruz Tavares, para perguntar se relativamente à recuperação da Jerónimo Pereira Campos, foram previstos espaços destinados às várias Associações; em caso afirmativo, pretendeu saber também se foi contemplado nesse espaço uma área reservada às Associações de Serviços, uma vez que em Aveiro, existem já três Associações do género, as quais têm reclamado espaço e apoio da parte da autarquia. Relativamente à área do desporto, alertou para a necessidade de se adoptar uma política diferente daquela que tem vindo a ser adoptada nos anos transactos e que se prende com o facto de determinados recintos desportivos não terem muitas vezes bem definido a quem pertence a sua gestão, o que gera alguns problemas como é o caso do Pavilhão de Esgueira, que primeiramente era só para o Clube de Esgueira, depois foi para a Casa do Povo de Esgueira e ultimamente todos os clubes da zona se servem daquele espaço para praticar desporto. É também a indefinição quanto às Piscinas do Beira-Mar/Câmara Municipal; Pavilhão do Galitos/Câmara Municipal/Inatel etc.. Disse esperar portanto que o responsável por este pelouro venha a inaugurar uma prática diferente, pondo termo aos confusões até agora existentes. No que se refere a matéria de tempos livres, criticou o Plano por este nada de especial referir no âmbito desta matéria. A terminar e no que se refere à construção de Pavilhões para a prática do desporto apelou ao responsável pelo pelouro no sentido de que não caia na tentação de promover construção barata de Pavilhões, posto que Aveiro não é uma cidade tão rica que se possa dar ao luxo de implantar obras provisórias, já que as mesmas ficarão sempre mais caras do que aquelas com carácter definitivo.

Seguidamente usou da palavra o Vogal Vitor Mangeirão, que começou por salientar que Aveiro tem uma posição invejável a nível do Atletismo Nacional no Plano Juvenil, lamentando que por falta de infraestruturas se venha a perder inglôriamente tal posição. Relativamente à Pista Coberta, instalada no Pavilhão do recinto das Feiras, salientou que

existe um protocolo entre a Associação de Atletismo/Câmara Municipal, que define a utilização daquele espaço, no entanto o referido protocolo tem vindo a ser truncado, uma vez que se tem usado aquele Pavilhão para as mais diversas realizações, como por exemplo para os concursos de Hipismo, Feiras etc., o que indisponibiliza temporariamente a Pista de Atletismo para a prática da modalidade.

Relativamente à Pista de Atletismo de Oliveirinha, que é a principal estrutura disponibilizada de momento, mas que dado o estado de degradação em que se encontra não é possível efectuar naquele espaço a prática da modalidade, considerou que se torna urgente que a Câmara Municipal apoie a sua recuperação. Salientou seguidamente que o que tem valido à prática do Atletismo Aveirense, tem sido a Pista de Atletismo, implantada no concelho de Ílhavo, a qual de algum modo tem ajudado a suprir as carências no que respeita a espaços para a prática da modalidade. Assim apelou para que o protocolo assinado entre a Associação de Atletismo de Aveiro e a Câmara Municipal, relativo à Pista coberta seja cumprido na íntegra.

Usou seguidamente da palavra o Vogal João Peixinha, que começou por lamentar a falta de iniciativa por parte da autarquia para levar a cabo as suas próprias actividades, isto porque quando levantou esta questão, foi-lhe respondido que não cabia à autarquia ter tal iniciativa, competindo apenas a esta apoiar material e financeiramente. Prosseguindo, disse haver uma certa contradição nesta atitude, porquanto o responsável pelo pelouro da Cultura, referiu que irão ser levadas a cabo através destes serviços as suas próprias actividades; assim considerou que seria bom que a nível de actividades desportivas a iniciativa fosse tomada pela Câmara, a exemplo daquilo que fazem várias Câmaras por todo o país. No que se refere à construção de Pavilhões Desportivos, anexos aos estabelecimentos de Ensino, disse ser de opinião que a construção destas infraestruturas devem ter uma certa dignidade para quem as utiliza e não se construir portanto, apenas quatro paredes ao alto, que não dignificam de modo algum o estabelecimento de ensino onde se inserem, nem os seus utilizadores. Salientou ainda, que não devem ser esquecidos os torneios escolares a nível dos vários estabelecimentos de Ensino.

No que se refere à atribuição de subsídios ao desporto, considerou que se trata de facto de um problema complicado, discorrendo da forma como os mesmos muitas vezes são atribuídos, sendo de opinião que os mesmos não devem ser entregues em dinheiro destinado a subsidiar "formações", uma vez que tais subsídios são desviados para outras coisas

Bash
36. 11/11/55
Prezentes Gomes

que de momento têm necessidade na óptica dos clubes de serem resolvidas com mais urgência, preterindo-se assim as "formações", achando portanto que tais subsídios devem ser feitos através do fornecimento de material. Continuando no uso da palavra, considerou escassa a verba inscrita de doze mil contos para a construção de seis recintos desportivos, bem como os cinco mil contos previstos para rega e relva no Estádio Mário Duarte. A terminar, referiu-se à necessidade de se melhorar o circuito de manutenção do Parque D. Pedro V, uma vez que tal problema foi já por diversas vezes focado, sem que até ao momento se tenham produzido resultados positivos.

No uso da palavra a Vogal Ester Martins, considerou que a cidade de Aveiro tem sido maltratada nos seus múltiplos aspectos. Ao contrário do que é propalado, é de opinião que Aveiro tem arte, muito embora não tenha a imponência do granito do Porto ou a minúcia do calcáreo de Coimbra. Por isso, manifestou o seu contentamento pelo facto deste plano prever a classificação de edifícios considerados de interesse histórico e arquitectural. Disse ser também de grande importância no campo da museologia a recolha de arte sacra. Referindo-se ao trabalho desenvolvido pelas Escolas, no âmbito cultural, queixou-se do fraco apoio para este fim por parte do próprio Ministério, solicitando por isso apoio ao Executivo nesta área. Relativamente à Jerónimo Pereira Campos, perguntou se está previsto no projecto a instalação de um Centro de Formação Profissional naquele local, pois entende que o local não é o mais apropriado, uma vez que o Centro da cidade vai abranger aquela zona num curto espaço de tempo e como tal não servirá bem o objectivo em vista, considerando que nem mesmo o Centro Cultural que se pretende instalar naquele edifício.

Seguiu-se no uso da palavra o Vogal Custódio Ramos, para referir que relativamente ao programa ora apresentado respeitante à Cultura, não basta fazer aquilo que já estava lançado - é necessário travar lutas todos os dias visando novas acções, novos programas e não apenas dar continuidade àquilo que já vinha de trás. Referiu também que é necessário arranjar-se um espaço próprio para instalar as Associações, pois apesar de se falar na adaptação da "Jerónimo Pereira Campos" para essa finalidade, o problema não está ainda resolvido. Considerando por isso que entre a instalação da Biblioteca Municipal no edifício onde estavam anteriormente instaladas as Associações e o futuro da fábrica Campos, vai uma grande distância; assim e se a Câmara tivesse adquirido um edifício antigo, teria instalado essas Associações a título precário, como se fez em 85 e não andavam as mesmas dispersas sem o mínimo de condições, acabando esta situação por incutir o desânimo às respectivas Associações.

António Salavessa
J. Fernandes Gomes

Usando da palavra o Vogal António Salavessa, considerou existir uma discrepância entre o Plano e o Orçamento, concretamente na área da Educação/Cultura e Desporto. Quanto às transferências correntes para instituições estão orçamentados setenta e cinco mil contos e no Plano encontra-se apenas trinta mil e quatrocentos contos, havendo portanto um diferencial de quarenta e cinco mil contos entre a rubrica orçamental e o que está no Plano de Actividades, solicitando por isso esclarecimentos quanto à matéria.

Novamente no uso da palavra o Vereador Celso Santos, referindo-se à problemática dos Museus, disse ter sido apresentado um projecto ao I.P.P.C., que definia três locais de implantação de três novos Museus diferentes, contudo tal projecto nunca foi submetido à apreciação e discussão da Assembleia. Informou também que se trata de um projecto que abrange as áreas da Cultura e do Turismo, estando a Câmara empenhada na sua concretização. Relativamente ao apoio ao grupo de teatro de Oliveirinha, disse desconhecer a existência do referido grupo, todavia congratulou-se com a sua existência e futuramente será tido em consideração. No que se refere à Jerónimo Pereira Campos, esclareceu que no seu projecto estão previstos espaços destinados às Associações. Quanto à Pista de Tartan, referiu que no próximo ano o Atletismo já não será tão prejudicado pela realização de feiras no espaço onde a Pista está instalada, uma vez que estas terminam logo na primeira quinzena de Setembro, ficando assim o referido espaço mais disponível.

Seguidamente usou da palavra o Vogal Ferreira da Maia, para no âmbito do apoio prestado aos clubes, referir que as bancadas do Pavilhão do C.E.N.A.P., não se construíram este ano, pelo facto de se ter dado prioridade à empreitada de iluminação do Pavilhão em causa. Quanto ao Pavilhão da Secundária de Esgueira, disse ser intenção deste Executivo construir um Pavilhão com dignidade, equiparado por exemplo ao que existe na Escola João Afonso de Aveiro. Pavilhão do Galitos, Pavilhão do Inatel, disse tratarem-se de empreendimentos diferentes, muito embora os seus projectos tenham coincidido no tempo; relativamente ao Pavilhão do Galitos, referiu que a Direcção deste Clube se deslocou à C.C.R.C., a Coimbra, tendo assinado um protocolo visando a concretização desta infraestrutura, ficando o referido clube de entregar o projecto até 31 de Janeiro. Prossequindo, informou que a construção dos vestiários nas Piscinas de Oliveirinha vai ser uma realidade; também a recuperação da Pista de Atletismo será um facto, pretendendo-se recuperá-la efectivamente para a prática da modalidade. Quanto ao Pavilhão de Esgueira, esclareceu que o mesmo pertence apenas ao Clube

de Esgueira. No que diz respeito ao Polidesportivo das Quintans, disse não se lembrar que tal infraestrutura tenha sido solicitada à Câmara. A terminar, disse presumir que as verbas previstas para a rega e relva do Estádio Mário, sejam suficientes.

Seguidamente o Presidente da Assembleia, submeteu à votação da mesma o OBJECTIVO 02 - Cultura, Desporto e Tempos Livres, tendo o mesmo merecido aprovação por dezanove votos a favor e sete abstenções.

Imediatamente a seguir o Presidente da Mesa, interrompeu os trabalhos para o jantar, eram 20,30 Horas.

Pelas 21,45 Horas, foram reiniciados os trabalhos com a presença dos seguintes membros; Presidente, Francisco Fernando da Encarnação Dias, Secretariado pelos Vogais Joaquim Luís Monteiro Mendes Gomes e Rogério Mário Madail da Silva, respectivamente Primeiro e Segundo Secretários, no impedimento legal do titular eleito e com a presença dos Vogais, Fernando Augusto de Oliveira, Manuel Rodrigues Simões, Fernando Tavares Marques, Porfírio Vieira de Carvalho e Silva, Manuel Branco Pontes, Élio Manuel Delgado da Maia, José Mendes Macedo Loureiro, Joaquim dos Santos Abreu, João Tavares Duarte, Rogério da Silva Leitão, Manuel Pereira Cabral Monteiro, José Luís Rebocho Albuquerque Christo, Jorge Manuel do Nascimento, José Carlos da Silva Neves, José Alberto Martins de Carvalho, Vitor Manuel Barradas de Carvalho Sequeira, Paulo Alexandre de Medeiros Teixeira Santos, Fernando Santos Silva, Manuel António Rodrigues da Silva, Manuel Ferreira da Cruz Tavares, Custódio das Neves Lopes Ramos, António Óscar Moreira Paulo, Elias de Oliveira Vieira, João Ferreira da Peixinha, Ester da Conceição Rocha Martins e António Manuel dos Santos Salavessa.

Verificaram-se as faltas dadas pelos Vogais, Manuel Simões Madail, Manuel Arede de Jesus, Armando Manuel Dinis Vieira, Vitor Manuel da Silva Martins, Libério da Silva Santos, João Ferreira dos Santos, Vitor Manuel Cepeda Mangerão, Arlindo de Macedo Bastos, António Ferreira da Silva, Nuno Teixeira Lopes Tavares e Celso de Sousa Figueiredo Gomes.

Retomando-se a ordem de trabalhos, passou-se a apreciar o seguinte objectivo:

OBJECTIVO 03 - ACÇÃO SOCIAL

Usando da palavra o Snr. Presidente da Câmara fez apresentação do objectivo supra, começando por salientar a preocupação por parte do Executivo, em dotar as freguesias com equipamento social, considerando este aspecto prioritário em relação a outro tipo de actividades. Referiu também que no que respeita à construção de sedes de Junta, incluiu-se essa aspiração neste objectivo; assim, a Câmara Municipal irá desenvolver esforços para que no final do mandato todas as Juntas de Freguesia estejam dotadas com sedes condignas.

Aberta a discussão usou da palavra, o Vogal Custódio Ramos, que considerou que a matéria respeitante à construção de Sedes de Junta de Freguesia, deveria ser tratada num objectivo separado e não neste; todavia disse entender também que se tal matéria não fizesse parte deste objectivo o mesmo ficaria despido de conteúdo.

Tomando a palavra o Presidente da Câmara admitiu que em termos rigorosos tal matéria não devesse ser incluída neste objectivo; porém disse não ver noutra objectivo deste plano a possibilidade de inclusão de tal matéria.

Seguiu-se no uso da palavra o Vogal Rogério Madail, que começou por considerar este Plano de Actividades, impreciso no seu todo, concretamente no que respeita ao objectivo em causa, bem como quanto à definição de verbas, solicitando por isso os esclarecimentos que se impõem.

Novamente no uso da palavra o Presidente da Câmara, informou que só existe uma rúbrica no Plano, com verbas a definir, portanto todas as restantes verbas estão definidas. Relativamente à definição de prioridades, disse não ser obrigatório definir isso em plano, uma vez que a existir tal definição tornaria o plano irrealista.

Não se registando mais intervenções o Presidente da Mesa submeteu à votação da Assembleia o objectivo supra, tendo o mesmo merecido aprovação por vinte e cinco votos a favor e quatro abstenções.

OBJECTIVO 04 - SAÚDE

40.
S. Mendes Sousa

Usou da palavra para fazer a apresentação do objectivo a Vereadora Amélia Brito, que começou por referir que há uma nova filosofia por parte da Câmara no que respeita à saúde pública. Porém referiu que tal filosofia é sem dúvida nenhuma difícil de implementar, uma vez que envolve a colaboração e o investimento de várias instituições públicas, da própria Câmara Municipal e dentro desta, de vários departamentos. Instituições públicas, como Administração Regional de Saúde, Segurança Social, instituições vocacionadas para a Educação e Ensino, bem como de outras de âmbito Cultural e Desportivo.

A Câmara Municipal seleccionou um conjunto de objectivos, que pretende implementar, concretamente incentivar a vigilância, avaliação e expansão das infra-estruturas de saneamento básico a abastecimento público de água potável; debelar progressivamente situações de risco para a saúde pública; apoiar acções de formação no âmbito da Educação para a saúde; melhorar progressivamente condições ambientais na habitação; propiciar o espaço para a implantação do Centro de Saúde de Aveiro, bem como de uma unidade de Saúde.

Neste momento deu entrada na sala o Vogal Manuel Arede de Jesus.

Aberta a discussão usou da palavra o Vogal Rogério Leitão, que começou por se congratular pela aquisição de terreno para o Centro de Saúde de Aveiro, uma vez que são absolutamente lamentáveis as condições em que tem funcionado o actual Centro de Saúde, dado que o mesmo já não tem estruturas para dar uma resposta cabal ao elevado número de utentes que o procuram. Prosseguindo e relativamente ao estudo e projecto do Posto Médico de Esgueira, disse que em relação ao Plano anterior, houve um certo recuo, dado que só agora se vai fazer o estudo e o projecto, considerando portanto que no ano transacto houve alguma precipitação, uma vez que o Plano anterior previa o apoio à construção e o actual prevê apenas o estudo e projecto do referido Posto Médico. A terminar, referiu que no ano transacto foi dado já apoio à construção do Posto Médico de Eixo, porém neste Plano nada se diz quanto à obra em causa.

Seguidamente usou da palavra o Vogal Custódio Ramos, para subscrever também a declaração do anterior Vogal, no que respeita à congratulação pela aquisição de terrenos para o Centro de Saúde. Prosseguindo, considerou que o conceito de Saúde deve ser entendido num sentido

lato, isto é, passa pela qualidade de vida; assim entende que deveriam ser encetadas acções neste domínio (ambiente, deficientes, poluição sonora etc.), com a consequente dotação das respectivas verbas.

Novamente no uso da palavra a Vereadora Amélia Brito, começou por referir que anteriormente já estava contemplado o projecto do Centro de Saúde, porém não foi levado a cabo, indo-se iniciar este ano o processo para o lançamento do Centro de Saúde. Relativamente à discrepância entre as intenções e os projectos, disse concordar com as intervenções feitas nesta área, porém salientou que é de notar que a Câmara funciona em termos de pelouros e cada um destes com a sua autonomia própria, o que não impede que em termos de objectivos e em termos de uma nova filosofia, em termos de uma política de intervenção no campo da saúde, sejam perfeitamente discriminados os objectivos que devem presidir à intervenção da Câmara na área da Saúde Pública. Todavia, disse que não poderia estar discriminado no pelouro da saúde, a intervenção a nível do saneamento básico, da expansão da rede de abastecimento de água, do investimento da Câmara na Habitação Social, uma vez que tal matéria encontra-se nas rúbricas determinadas à responsabilidade dos respectivos Vereadores da Câmara; sendo portanto esta a razão de estarem apenas discriminados três projectos, não estando assim contempladas outras acções. A terminar, referiu que se trata de um dos pelouros mais difíceis de gerir e que se prende ao fim e ao cabo com toda a actividade da autarquia, uma vez que toda a actividade da Câmara se prende também com a qualidade de vida.

Imediatamente a seguir o Presidente da Assembleia, submeteu à votação o Objectivo 04 - Saúde, tendo o mesmo merecido aprovação por vinte e cinco votos a favor, quatro abstenções e um voto contra.

Seguiu-se uma declaração de voto do Vogal António Salavessa, nos seguintes termos: - "o voto é contra a dotação do objectivo e não contra o objectivo; queria que isto ficasse bem claro, 2/1000 do Plano, é francamente pouco da dotação do Plano".

OBJECTIVO 05 - HABITAÇÃO E URBANIZAÇÃO

No uso da palavra o Vereador Martinho Pereira, começou por salientar os fortes encargos financeiros que a autarquia tem que suportar a nível do sector da Habitação social. Contudo, não deixou de expressar uma grande satisfação pelo facto da autarquia estar a conseguir dotar muitos

42. Rui
J. Fernandes Louçã

munícipes com casas dignas para a Habitação. Relativamente à Urbanização de Santiago, disse que se prevê a conclusão até ao mês de Junho, dos arranjos exteriores e a terceira fase dos trabalhos. Referiu também que existe um grande empenho por parte da autarquia, em arrancar em 91 com a Habitação Social nas zonas rurais, concretamente nas Freguesias de Esgueira, Eixo, Eirol e S. Jacinto. A terminar, salientou que todo este conjunto de acções no âmbito da Habitação Social, tem tido o apoio de outras instituições, nomeadamente do B.I.A., que tem prestado um serviço exemplar no apoio ao transporte de mobiliário àquelas famílias que foram contempladas com Habitação Social.

Neste momento deu entrada na Sala o Vogal Olinto Ravara.

Aberta a discussão usou da palavra o Vogal Rogério Madail, para referir que relativamente ao programa de Habitação, regista-se um valor de 991 mil contos e como o Snr. Vereador que fez apresentação do objectivo, disse que havia um grande empenhamento por parte da Câmara no campo da Habitação Social, quis saber qual a percentagem em termos financeiros, que caberá à Câmara no apoio à Habitação Social, isto porque as verbas inscritas são provenientes na esmagadora maioria da Administração Central.

Seguidamente usou da palavra o Vogal Jorge Nascimento, que começou por considerar que pese embora o crescimento demográfico que nos últimos anos se tem feito sentir, Aveiro é uma cidade onde praticamente não existe habitação degradada, atribuindo esse facto à capacidade da autarquia em captar verbas provenientes da Administração Central, designadamente do F.E.F. , do IGAPHE, bem como de outras instituições e por isso a Câmara tem desenvolvido um papel importante no mercado habitacional da cidade. Dentro desta filosofia, considerou que o presente orçamento aponta na continuidade dessa missão e como tal, nessa exacta medida disse merecer o seu inteiro aplauso.

Usou da palavra o Vogal Rogério Leitão, para manifestar a sua satisfação pelo trabalho realizado pela autarquia no âmbito da Habitação Social. Prosseguindo e no que se refere à urbanização do Cojo, disse que o anterior plano previa um projecto de execução; todavia o presente plano nada refere quanto a esse aspecto, o que é de facto surpreendente, considerou. A terminar, reputou de grande importância a pavimentação de passeios, uma vez que a preservação e conservação dos mesmos é prioritária, tendo em vista a protecção dos peões, e o que se tem verificado é a existência de um grande atraso nestes trabalhos, mesmo no que se refere à reconstrução de pavimentos quando estes são destruídos por motivos de obras, entendendo portanto que a Câmara deverá tomar medidas tendentes à resolução do problema.

Seguidamente usou da palavra o Vogal Custódio Ramos,

que começou por considerar que a Câmara tem tido no campo da Habitação Social, uma actuação louvável, todavia entende também que é necessário que a autarquia tenha uma intervenção global na área habitacional, não se cingindo apenas à habitação social. Considerou que no âmbito desta matéria, torna-se necessário que a autarquia disponibilize mais terrenos para auto-construção, combatendo desta forma a especulação imobiliária.

Usou seguidamente da palavra o Vogal Manuel António, que começou por se referir à especulação de preços no campo da habitação, considerando que tal problema só será solucionado quando se olhar para a cidade como um todo, incluindo as Freguesias e não apenas como se tem vindo a fazer, isto é, olhar única e simplesmente para a Avenida Peixinho e zonas envolventes. Prosseguindo, disse entender que cada vez mais se deve apostar na Habitação Social, bem como noutra tipo de habitação, só que para isso será necessário construir infraestruturas. Considerou também que se deve seguir uma política de fixação das pessoas em pequenos núcleos habitacionais, que já existem e que são naturais, designadamente Eixo, Cacia etc, para tanto será de igual modo necessário, dotar esses núcleos com as respectivas infraestruturas, isto é Escolas, Transportes etc.. Continuando no uso da palavra manifestou-se surpreendido pelo facto do Plano prever construção de infraestruturas para a Urbanização da Forca-Vouga, quando na realidade essas infraestruturas já deveriam ter sido implantadas, uma vez que a referida Urbanização já está na sua fase de construção. Relativamente à Urbanização de Sá-Barrocas, que ainda não está construída, disse que o Plano prevê apenas em termos de infraestruturas, a electricidade, iluminação, rede telefónica - não referindo nada quanto a acessos, saneamento, espaços de lazer, condutas de gás, Escolas etc., considerando que também estas infraestruturas deveriam ter sido contempladas. A terminar, congratulou-se com o facto do plano prever a pavimentação de passeios e disse esperar que esses trabalhos se tornem também extensivos às Freguesias rurais e não apenas à cidade.

Seguidamente usou da palavra o Vogal Cruz Tavares, para tecer algumas críticas no âmbito da habitação; começando por não concordar com algumas soluções aqui proferidas por alguns membros desta Assembleia, referiu que é um facto que a Câmara Municipal tem feito uma intervenção válida no sector da Habitação Social com os apoios das entidades que a nível central estão vocacionadas para fornecer o apoio em verbas e em projectos neste sector. Iniciou apesar de tardiamente um apoio útil à acção das Cooperativas de Habitação, devendo-se de igual forma louvar este aspecto; relativamente à auto-construção não há dúvida que a Câmara de Aveiro, teve

Bast⁴⁴. *M. M. M.*
J. J. J. J. J.

algumas acções pioneiras que também ficam a seu crédito, porém entende que o problema da habitação é de tal maneira vasto que não se resolve com intervenções nos sectores da Habitação Social, das Cooperativas e da Auto-Construção, que são sem dúvida importantes, todavia preenchem apenas uma pequena percentagem das necessidades de habitação, necessidades essas que são absolutamente esmagadoras quer a nível da cidade de Aveiro e do País. Daí que as suas críticas vão fundamentalmente para o sector da Habitação do mercado concorrencial - parece-lhe pois que a autarquia não terá tido uma grande intervenção neste sector; porém e do seu ponto de vista considerou que é precisamente nesta área que a Câmara pode ter uma intervenção com maiores efeitos e com resultados mais profundos na correcção das anomalias que actualmente existem em Aveiro neste sector. Prosseguindo, disse não compreender que o custo da construção nesta cidade, esteja quase aos níveis de cidades como Porto e Lisboa. Considerou portanto que há algo de errado neste sector e que cabe à Câmara Municipal fortes responsabilidades nesse aspecto. Disse também ter tido já oportunidade de referenciar nesta Assembleia, que a Câmara é o maior monopolista de terrenos urbanizáveis em Aveiro, e quando se faz alusão nesta Assembleia a uma "bolsa de terrenos" a cargo da Câmara, discorda completamente de tal sugestão. Isto porque do seu ponto de vista a intervenção da Câmara será apenas (e isso seria muito útil) para a correcção do mercado, intervir nas urbanizações adquirindo os terrenos necessários para as infraestruturas - os particulares, as agências imobiliárias, Gabinetes Técnicos e os empreendedores é que deverão fixar pelo simples jogo do mercado, o preço dos terrenos; competindo à Câmara Municipal, tão somente adquirir os terrenos necessários aos arruamentos, praças e à instalação de edifícios de utilidade pública. Em suma, considerou que se a autarquia conjugar bem estes esforços, a curto prazo resolverá o problema da especulação de terrenos em Aveiro. Referiu ainda que a intervenção da Câmara como detentora de uma "bolsa de terrenos", iria agravar a situação, na medida em que se tem assistido, que quando a Câmara coloca no mercado terrenos, em alturas que os mesmos têm todas as condições para atingir preços especulativos, tem-se verificado que a Câmara nos seus leilões tem constituído um acelerador da inflacção desses terrenos. Por outro lado se se atentar na transacção de terrenos entre particulares e se porventura existirem estatísticas seguras em relação a esses valores, poder-se-ia verificar que as transacções entre particulares estabelecem-se a níveis muito inferiores aos registados nos leilões camarários.

Relativamente ao Planeamento urbanístico, começou por referir que o P.D.M., ainda não está aprovado, lamentando que antes da sua

5. *Henry*
Dilfordes Soares

aprovação, alguns estudos, algumas sugestões dadas pelo P.D.M., estejam já a ser usadas.

Neste momento saíram da sala os Vogais Joaquim Abreu, Custódio Ramos e Óscar Paulo.

Novamente no uso da palavra o Presidente da Câmara, esclareceu que o apoio financeiro da Câmara Municipal no âmbito da Habitação Social, se traduz no seguinte: - existem três componentes que englobam o total do investimento - a primeira insere-se nos fogos de venda, cujo apoio da autarquia consiste na contracção ao I.N.H., de um empréstimo que terá que ser amortizado em três anos; a segunda e terceira componente diz respeito aos fogos para arrendamento, isto porque 50%, desses fogos são adquiridos pelo IGAPHE a fundo perdido e os restantes 50% são apoiados também pela autarquia através de empréstimo ao I.N.H., ficando desta forma a Câmara com encargos financeiros durante vinte anos para amortizar o empréstimo. Relativamente à Urbanização do Cojo, disse tratar-se de um empreendimento estritamente privado e que consequentemente não terá que ter uma referência no Plano. Acrescentou por outro lado, que o Cojo no ano de 91, será objecto de deliberação de Câmara e será submetido ao parecer da Assembleia Municipal.

No que se refere à pavimentação de passeios, disse que tais trabalhos terão que ter futuramente uma importância maior no Plano de Actividades, todavia de momento a Câmara tem cerca de quinze quilómetros de passeios para executar na zona urbana, incluindo Esgueira.

Relativamente à Habitação Social e ao extracto médio da população que não pode chegar aos preços praticados pelo mercado imobiliário da livre concorrência, entende que uma das formas de solucionar o problema passa pelo apoio ao Cooperativismo e pela auto-construção. Todavia as Cooperativas não se têm manifestado muito, surgiu apenas a Cooperativa "Chave", a qual a Câmara tem de facto estado apoiar. Seguidamente destacou ainda que a componente de arrendamento de habitação em Portugal, participa apenas com 1/100, para o problema da habitação, ao passo que nos outros países da Europa essa participação é de 50%, o que significa que o mercado de arrendamento de habitação em Portugal, está perfeitamente parado, tratando-se pois de um problema que ultrapassa a capacidade de intervenção da Câmara, considerando que se trata de uma questão de política geral e que a Câmara só por si não pode alterar. Prosseguindo, referiu que estão para ser aprovados uma série de Planos, continuando no entanto a verificar-se em alguns desses planos, uma certa demora na sua aprovação. O Plano de Sã-Barrocas, está com alguns problemas, uma vez que as várias entidades que tiveram que se debruçar sobre o mesmo levantaram algumas observações, nomea-

damente o I.P.P.C, porém nenhuma outra entidade aceitou tais observações; trata-se de um processo bastante moroso, dado que existem planos que remontam a seis sete anos atrás, os quais foram entregues para aprovação e continuam sem ser aprovados. Todavia últimamente estão a começar a sair alguns planos aprovados, caso da Baixa de Santo António. Referiu também que com a aprovação superior do P.D.M. , todo este processo será mais rápido. No que se refere à centralização da habitação social na zona urbana da cidade, disse pensar ser um grande mérito o facto da mesma estar concentrada na cidade, uma vez que tal concentração tem uma razão histórica e que está aliada ao Plano Integrado de Aveiro Santiago; assim haverá uma integração de vários extractos sociais na vivência urbana e como tal disse ter esperança que Santiago se torne um caso modelar de integração social.

Relativamente à carência de infraestruturas em algumas zonas urbanizadas, considerou que muito embora entenda que rigorosamente deveriam as mesmas estar já implantadas antes da construção das respectivas habitações, isso implicaria uma grande imobilização de capital, o que de facto é inviável, dado que em Portugal ao contrário do que acontece noutros países não existem linhas de crédito que possibilitem às autarquias pôr em prática esse sistema, ou se porventura elas existem são de facto muito caras o que torna inviável a autarquia pôr em prática esse tipo de intervenção. A terminar e no âmbito do Plano de Actividades, referiu que se trata de um Plano de relativo rigor, dado que as obras nele previstas serão todas para cumprir, nomeadamente Sá-Barrocas, que já começou, Cojo etc..

Dado que não se registaram mais intervenções o Presidente da Assembleia, submeteu à votação o Objectivo 05 - Habitação e Urbanização, tendo o mesmo merecido aprovação por vinte votos a favor e oito abstenções.

Seguiu-se uma declaração de voto do Vogal António Salavessa, nos seguintes termos: - "optei pela abstenção, visto que era a única possibilidade que tinha perante as diferentes opiniões que tenho sobre o conjunto deste objectivo. Este objectivo de facto tem quatro programas diferentes, a opinião sobre eles é também diferente, votaria a favor da Habitação, votaria contra o Planeamento Urbanístico, pelas razões que expus no início, na discussão na generalidade, tendo em conta a não consignação no Plano, do Plano Director Municipal e absterme-ia na iluminação pública e Urbanização; mas como não é possível essa votação diferenciada, resta a abstenção global em relação ao objectivo".

47. *Salgueiro*
J. Fernandes Soares

OBJECTIVO 06 - SANEAMENTO E SALUBRIDADE

Neste momento deram entrada na sala os Vogais Joaquim Abreu e Custódio Ramos.

Usando da palavra o Presidente da Câmara, salientou que este objectivo visa fundamentalmente melhorar as condições de acondicionamento, tratamento e depósito dos resíduos sólidos urbanos; propõe-se ainda a autarquia fazer uma campanha de sensibilização junto das populações e reforçar também os meios de equipamento e acondicionamento relativos a esta matéria.

Seguiu-se no uso da palavra o Vogal Rogério Leitão, para referir, que se faz sentir uma grande carência de sanitários públicos na cidade, devendo a Câmara proceder à sua implantação em vários locais da cidade.

Usou também da palavra o Vogal João Tavares, para alertar para a necessidade da Câmara Municipal adquirir terrenos, tendo em vista a implantação da lixeira noutra local, posto que as populações do lugar de Tabueira, estão a ficar cansadas de terem que suportar os lixos provenientes de todo o concelho, ameaçando já com o bloqueamento da estrada de acesso à actual lixeira.

Usando da palavra o Vogal Olinto Ravara, disse subscrever as palavras do Vogal Rogério Leitão, no que respeita à carência de sanitários públicos. Solicitou ainda esclarecimentos relativos à rubrica "aquisição e renovação de equipamento vário", no montante de cinco mil contos, uma vez que este valor representa 50% da verba inscrita no programa, considerando também que deveria ser melhor indicada.

Usou da palavra o Vogal Elias Vieira, para solicitar esclarecimentos relativos ao facto da Câmara não ter incluído quer neste plano quer no anterior o projecto dos arranjos dos arruamentos dos Cemitérios de Oliveirinha e Quintans e também qual o motivo da não adjudicação por parte da Câmara dos referidos trabalhos, uma vez que em 88, foi aberto concurso, não chegando porém tais trabalhos a serem adjudicados. A terminar, disse tratar-se de uma obra necessária, não tendo a Junta de Freguesia capacidade financeira para a concretizar, pelo que apelou ao Executivo no sentido dos trabalhos serem realizados pela autarquia.

Usando da palavra o Vogal Manuel António, alertou para a necessidade de se encetar uma campanha de sensibilização junto das populações com vista a uma maior preservação do ambiente.

Usando também da palavra o Vogal João Peixinha, refe-

riu que além do plano anterior prever a construção de sanitários públicos na Baixa de Santo António e no Largo do Cojo, previa ainda um estudo para a construção de um balneário público, manifestando a sua estranheza pelo facto do actual plano nada prever quanto a estes aspectos.

Novamente no uso da palavra o Presidente da Câmara, esclareceu que de facto houve um concurso para a adjudicação dos arruamentos dos Cemitérios de Oliveirinha e Quintans, porém o mesmo foi retirado, dado que os referidos Cemitérios são paroquiais e a autarquia não tem vindo a seguir a prática de lançar concursos directos sobre esses Cemitérios. Assim e para não se abrirem precedentes e criarem-se divergências entre Juntas de Freguesia, a Câmara deliberou não adjudicar a referida empreitada, uma vez que têm havido Juntas, que têm elas próprias executado este tipo de trabalhos com as suas próprias receitas, no entanto não significa isto que não se venha a rever com as Juntas de Freguesia o apoio aos Cemitérios.

Seguidamente usou da palavra o Vereador Ferreira Maia, para referir que o aterro sanitário instalado na zona de Tabueira, funciona a 100%, não trazendo por isso qualquer tipo de problemas para a saúde pública nem para o bem estar das populações. A terminar, salientou que a Câmara Municipal está já a desenvolver uma campanha visando sensibilizar as pessoas para o problema dos lixos e do seu acondicionamento.

Não se registando mais intervenções o Presidente da Mesa, submeteu à votação da Assembleia o Objectivo 06 - Saneamento e Salubridade, tendo o mesmo merecido aprovação por dezanove votos a favor e onze abstenções.

OBJECTIVO 07 - PROTECÇÃO CIVIL

No uso da palavra o Vereador Martinho Pereira, começou por referir que de uma maneira geral as pessoas só se lembram da protecção civil, quando ocorre alguma calamidade ou acontece algo de relevante que afecta as pessoas, nessa altura então tomam-se as providências necessárias para fazer face a essa emergência. No âmbito da protecção civil, informou que a autarquia irá implementar uma campanha de sensibilização junto das várias camadas etárias da população, campanha essa que incidirá sobretudo nos estabelecimentos de ensino, desde o primário ao universitário. Prosseguindo, referiu que também se irá implementar a criação do Gabinete de Protecção Civil. A terminar, salientou o papel preponderante que as Corporações de Bombeiros desempenham neste domínio.

49. *[Handwritten signatures]*

Neste momento deram entrada na sala os Vogais Óscar Paulo e Nuno Tavares.

Aberta a discussão usou da palavra o Vogal João Peixinha, que disse não compreender o facto da Câmara ter reduzido neste orçamento o apoio aos Bombeiros, dado que no ano anterior esse apoio cifrava-se na ordem dos dez mil contos e este ano fica-se apenas por oito mil contos, havendo portanto um diferencial de dois mil contos, pelo que solicitou esclarecimentos.

Usando da palavra o Vogal Rogério Leitão, quis saber se a Câmara tem já alguma estratégia definida no caso de uma eventual catástrofe. Considera também que existe absoluta necessidade de se criar o Gabinete de Protecção Civil, porém o mesmo não arrancou até ao momento, pelo que a Câmara Municipal deve encetar esforços tendentes à sua concretização.

Novamente no uso da palavra o Vereador Martinho Pereira, esclareceu que tem havido diversos contactos com responsáveis a nível distrital na área da Protecção Civil. Saliou também que existe já uma planificação tendo em vista implementar não só o Gabinete, como também o delinear de acções, esperando-se que no decorrer do próximo ano seja possível já pôr em prática toda essa planificação.

Tomando a palavra o Presidente da Câmara, esclareceu que relativamente ao subsídio aos Bombeiros, houve a determinada altura necessidade de assumir uma parte das despesas do Quartel dos Bombeiros e daí ter baixado o apoio neste orçamento no qual de facto está inscrita uma verba inferior, mas que por outro lado foi compensada pelo apoio financeiro que a Câmara deu à construção do novo Quartel.

Imediatamente a seguir o Presidente da Mesa, submeteu à votação da Assembleia o Objectivo 07 - Protecção Civil, tendo o mesmo merecido aprovação por vinte e quatro votos a favor e oito abstenções.

OBJECTIVO 08 - DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E
ABASTECIMENTO PÚBLICO

Usou da palavra o Vereador Celso Santos, para fazer apresentação do objectivo supra. Referindo-se ao programa do Turismo, salientou que com a criação da Região de Turismo "Rota da Luz" e a ocupação das instalações do Posto Municipal de Turismo, por aquele organismo, bem como

a utilização do próprio pessoal, levou a que durante algum tempo no Plano de Actividades não se fizesse qualquer menção ao sector do Turismo.

Face a esta transição normal a Câmara nem sequer criou um Posto Municipal de Turismo como aliás têm os outros concelhos que fazem parte da Região de Turismo "Rota da Luz". No ano transacto já se inseriu no plano o Sector do Turismo e este ano será o ano de arranque tendo em vista a criação do próprio Posto Municipal de Turismo. Referiu que apesar de nos anos anteriores não vir contemplado no plano o sector do Turismo, a Câmara nunca deixou de apoiar a Rota da Luz, nomeadamente com circuitos Turísticos pela Ria a expensas da Câmara Municipal.

No que respeita a Mercados e Feiras, salientou o apoio às Feiras e Exposições no Parque Municipal, referindo também algumas dificuldades que se começam a verificar face ao aumento do número de certames, todavia futuramente a Câmara pretende construir um novo Parque de Exposições. Referiu também a transferência de uma verba para o Secretariado da Feira, tendo como objectivo dar uma maior autonomia à gestão do Recinto de Feiras, possibilitando-lhe assim um melhor trabalho e um melhor desenvolvimento das tarefas a efectuar.

Aberta a discussão usaram sucessivamente da palavra os Vogais:

O Vogal Manuel António, para propôr que se proceda à execução de novos mapas citadinos, tendo em vista uma actualização e formação adequada do turista que nos visita, isto porque os Mapas existentes remontam a quinze anos atrás e conseqüentemente há uma certa desactualização. No que respeita às zonas de lazer e recreio, disse que nada está definido, considerando por isso muito vago este projecto.

Relativamente aos Mercados e Feiras, manifestou interesse em saber o que é que tenciona fazer a autarquia no que se refere ao futuro da Feira dos 28. A terminar, solicitou ainda esclarecimentos relativos à verba inscrita de nove mil contos para arranjo de Mercados.

O Vogal Custódio Ramos, para sugerir um sistema mais moderno de refrigeração para o Mercado do Peixe, uma vez que o existente é altamente icomodativo pelo ruído que provoca, lesando conseqüentemente o bem estar das pessoas que habitam na zona circundante. No que se refere ao Turismo, disse apoiar a ideia da implantação de um Posto Municipal de Turismo. Todavia, considerou que tal ideia a ser posta em prática, poderá gerar eventualmente alguns conflitos com a "Rota da Luz" e a autarquia. Relativamente à informação citadina inserida nos "Mupis", disse entender que alguns destes deveriam conter alguma informação alusiva a

acontecimentos festivos a terem lugar na região, bem como conterem indicadores de orientação para o Turista, para assim mais facilmente poder localizar os pontos de maior interesse mesmo fora do concelho.

A terminar e em relação aos Mercados e Feiras, considerou as ideias interessantes, todavia disse não passarem as mesmas de meras intenções, uma vez que tal matéria já se arrasta de Planos anteriores, como por exemplo a adaptação do Mercado Manuel Firmino a Centro Cívico.

O Vogal Cruz Tavares, começou por considerar esta parte do Plano de Actividades, equilibrada, todavia disse existirem algumas imprecisões no articulado desta parte. Porém e antes de passar a fazer referência a essas imprecisões, solicitou a interferência do Snr. Presidente da Mesa, no sentido de interceder junto do Executivo, para que as intervenções e as perguntas de todos os membros da Assembleia tenham resposta. Prosseguindo, referiu não pretender que se produzam respostas em relação a comentários ou eventuais ironias que é habitual fazer, mas em relação às perguntas que faz, disse gostar que fossem todas respondidas, a bem do prestígio deste órgão e sob pena de ter que pedir a sua renúncia de mandato se mais uma vez acontecer não forem respondidas as perguntas que faz nesta Assembleia, perguntas essas salientou, de boa intenção, de boa fé, feitas ao Executivo.

Continuando no uso da palavra pretendeu saber se existe já uma localização no terreno do projectado Posto Municipal de Turismo, bem como quais as despesas que irá cobrir a verba atribuída de mil contos para arranque do mesmo. Referindo-se ao estudo e implementação de zonas de lazer e recreio, cuja rubrica inscreve a verba de dois mil contos, quis saber para que local está previsto a implantação de zonas de lazer e recreio.

A terminar e no que respeita ao Mercado de Esgueira, pretendeu saber qual o local exacto onde o mesmo vai ser implantado.

O Vogal Rogério Leitão disse apoiar a construção de um Posto Municipal de Turismo, uma vez que entende que o mesmo não irá colidir com os interesses da "Rota da Luz", uma vez que esta tem uma acção Regional e o referido Posto Municipal vem colmatar lacunas de apoio ao Turismo Local, as quais a Rota da Luz só por si não consegue preencher. Para além da criação do Posto, este Vogal defendeu também a criação de uma Comissão Municipal de Turismo.

Neste momento saíram da sala os Vogais Olinto Rava-ra e Élio Maia.

Novamente no uso da palavra o Vogal Celso Gomes, informou que relativamente ao Roteiro da cidade, trata-se de um trabalho de bastante simplicidade, mas que não é de modo algum a carta Turística da ci-

dade, referindo que a empresa encarregada da sua elaboração não é subsidiada pela Câmara, apenas teve por parte da Câmara Municipal a cedência de uma credencial que permitiu a essa empresa "A minha terra", desenvolver a sua acção junto do comércio e da indústria local, com o fim de obter publicidade que financiasse os custos do referido roteiro. Este irá ter de facto todas as Ruas da cidade, identificando os respectivos estabelecimentos comerciais existentes nessas artérias, estendendo-se também esta acção às Juntas de Freguesia. Além do tipo de informação já referida, haverá também textos de carácter cultural e turísticos. Relativamente às cartas dos "Mupis", esclareceu que foi feita uma actualização de cartas à relativamente dois anos. Zonas de lazer e recreio, pretende-se apoiar as Juntas de Freguesia para a criação de alguns locais onde se possa de facto fazer lazer e recreio. No que se refere à Feira dos 28, disse desconhecer qual irá ser o futuro da mesma; reconhece no entanto que a realização desta feira faz parte da história da cidade de Aveiro e conseqüentemente deve-se defender a sua continuidade, considerando que o futuro Recinto de Feiras e Exposições, possa comportar uma vez por mês no seu exterior a realização da Feira dos 28. Relativamente aos Mercados, referiu que todos os anos a Câmara procede a beneficiações; quanto às verbas inscritas no plano e destinadas a este fim disse admitir que as mesmas sejam escassas, no entanto foram as possíveis. No âmbito do Turismo e no que respeita a eventuais conflitos entre a Câmara Municipal e a Rota da Luz, motivados pela construção do Posto de Turismo, disse que tal facto não irá acontecer uma vez que o referido Posto, será um complemento das actividades da Rota da Luz, pensando mesmo que este organismo deverá apoiar os Serviços deste Posto a exemplo do que acontece com outros concelhos que também fazem parte da Rota da Luz.

A terminar, informou que é intenção da Câmara localizar o Mercado de Esgueira, junto à circular desta Freguesia.

Não se registando mais intervenções o Presidente da Mesa, submeteu à votação da Assembleia o Objectivo 08 - Desenvolvimento Económico e Abastecimento Público, tendo o mesmo merecido aprovação por vinte e dois votos a favor e duas abstenções.

Neste momento deu entrada na sala o Vogal Armando Vieira.

OBJECTIVO 09 - COMUNICAÇÃO E TRANSPORTES

Usou da palavra o Vereador Vitor Silva, para fazer apresentação da proposta de acordo com o programa inscrito no Plano.

Aberta a discussão usaram sucessivamente da palavra os Vogais:

O Vogal João Peixinha, para referir que em nenhuma das entradas e saídas da cidade se cumpre a sinalização do pavimento, pois em todas elas é impossível formar uma fila de trânsito para se virar à direita; esta dificuldade verifica-se em todas as saídas e entradas da cidade. Uma vez que o Plano refere rectificações e alargamentos de via, quis saber se existe alguma coisa prevista no sentido de solucionar este problema.

O Vogal Manuel António, manifestou interesse em saber qual o ponto da situação do Centro Coordenador de Transportes.

O Vogal José Luís Christo, solicitou esclarecimentos relativos ao ponto da situação respeitante às negociações com a C.P. e que visam uma eventual ligação da Av. Peixinho, para a zona da Forca. A terminar, referiu que no âmbito do programa de transportes, as ligações inter-regionais e inter-urbanas do concelho estão a piorar consideravelmente; lastimando que nunca mais se tenha falado na Variante da Estrada Nacional de Águeda/Aveiro, uma vez que tal obra iria beneficiar significativamente a Vila de Eixo, bem como todas as populações que estão ao longo dessa Estrada Nacional; lastima de igual modo que a Variante da Estrada de Aradas e a Variante da Estrada de Santiago, tivessem sido substituídas por uma única Variante, supondo que esta solução não tenha sido técnica e a melhor para Aveiro, uma vez que continua a estar muitíssimo mal de ligações rodoviárias - quer inter-regionalmente quer inter-urbanamente, acrescentando que as obras que a Administração Central tem realizado no concelho só o têm estragado.

O Vogal Joaquim Abreu, para manifestar o seu descontentamento pelo facto de ter apresentado à Câmara uma relação de carências respeitantes à sua Freguesia, não tendo as mesmas sido contempladas. Disse verificar que no objectivo em apreço pouco consta dos trabalhos então solicitados e aceites pelo Vereador Martinho Pereira; referindo que de noventa projectos que aquele responsável pela Freguesia de Eixo, apresentou, apenas dois foram contemplados neste objectivo, o que disse lamentar.

O Vogal Rogério Leitão, perguntou se o Centro Coordenador de Transportes é para concluir no ano em causa, uma vez que esta rubrica já vem de planos anteriores. Prosseguindo, considerou que o problema do Estacionamento deve ser solucionado e que a autarquia deve promover

acções nesse sentido. A finalizar considerou que a Câmara deve encarar de uma forma definitiva a construção de silos-auto, uma vez que este tipo de construção viria a atenuar substancialmente a carência de estacionamento na cidade.

O Vogal António Salavessa, quis saber se está ou não prevista a colocação de semáforos de protecção nas passagens de peões, visto que com o tipo de vias que se está a construir se torna necessário a colocação deste tipo de semáforos em alguns locais da cidade. Disse também não ver contemplado no Plano a construção de passagens inferiores ou superiores para peões sobre as vias de maior circulação e de velocidade elevada. Relativamente aos parcometros, quis saber se o investimento de nove mil contos, corresponde à dimensão que foi aprovada pela Assembleia Municipal.

Usando da palavra o Vereador Vítor Silva, começou por referir que o Centro Coordenador de Transportes está concluído, apenas faltando os acessos. No que respeita às saídas da cidade, concretamente o cruzamento do Eucalipto, informou que o mesmo é para desaparecer, bem como todos os outros existentes na Variante, ficando apenas entradas e saídas na mão dos automobilistas, não havendo portanto necessidade de se criar filas para a esquerda, frente e direita.

Neste momento saíram da sala os Vogais Elias Vieira, Óscar Paulo e Fernando Marques.

Novamente no uso da palavra o Vereador Martinho Pereira, começou por referir que no que respeita à Freguesia de Eixo, não existe qualquer discrepância entre esta freguesia e as restantes relativamente à introdução de trabalhos neste plano. Referiu, que a existir tal discrepância ela será mínima. Relativamente aos parcometros, esclareceu que a verba que está iscrita no plano é referente aos parcometros que serão instalados na Avenida, cujo pagamento ainda não foi efectuado. No que se refere ao estacionamento, considerou de facto um problema sério com que a cidade se debate, todavia disse estar a Câmara atenta ao mesmo procurando solucioná-lo, devendo encarar também futuramente a construção de silos-auto, uma vez que esta é também uma das formas de combater o problema com realismo.

Seguidamente o Presidente da Mesa, submeteu à votação da Assembleia o Objectivo 09 - Comunicação e Transportes, tendo o mesmo merecido aprovação por vinte votos a favor, quatro contra e quatro abstenções.

Seguiu-se uma declaração de voto do Vogal Armando Vieira, nos seguintes termos: - "apesar de ter entrado com este objectivo já em discussão, mas como infelizmente o conheço profundamente, quero dizer

ao Snr. Coronel Martinho, que os tectos estabelecidos têm uma cêrcea de vários andares quando os mesmos tectos são de cor azul, mas apenas de rés-do-chão quando a cõr é laranja. Isto verifica-se mais uma vez e que me desculpe o Vereador Vitor Silva, com quem me tenho entendido bastante bem e talvez por isso é que no caso concreto da minha Freguesia, é de que apenas são feitos dois mil contos de obras, tudo o resto é transferência de vários planos de Actividades anteriores. Por isso votei contra".

Neste momento deu entrada na sala o Vogal Élio Maia.

OBJECTIVO 10 - MEIO AMBIENTE

Usou da palavra para fazer apresentação do referido objectivo o Vereador Celso Santos, começando por referir que o mesmo especifica aquilo que a autarquia se propõe realizar no âmbito do arranjo e embelezamento de alguns espaços envolventes, nomeadamente a zona das Piscinas, Centro de Juventude, Avenida Artur Ravara, ISCA, bem como o arranjo envolvente da Fonte dos Amores, integrando-se esta na abertura do acesso ao Parque Municipal e ainda o ajardinamento do nó-Central, dado que é aquele que de imediato irá ser electrificado, estando previsto também o arranjo dos restantes nós. Prossequindo referiu-se às verbas inscritas para a defesa da Ria, salientando que as mesmas são no fundo a parte de participação da Câmara de Aveiro nesta matéria, como membro da Associação dos Municípios da Ria. A terminar, referiu ainda que o mobiliário urbano continua a ser também uma preocupação da Câmara, estando esta empenhada já na substituição de alguns abrigos de paragem de autocarros, cujo estado de conservação é deplorável, contribuindo assim de certa forma também para o embelezamento da cidade.

Aberta a discussão usaram sucessivamente da palavra os Vogais:

O Vogal Santos Silva, para saber o que é que se prevê em termos de arranjos, para o Largo junto à Luzostella, uma vez que aquele local se encontrã vários ^{anos} ~~vêm~~ qualquer tipo de utilidade, encontrando-se por isso bastante degradado.

O Vogal António Salavessa, referiu que relativamente à matéria em causa, em que quase diariamente se é confrontado com planos, projectos, medidas etc. e que depois não se vê qualquer expressão prática dessas acções e uma vez que é neste capítulo que está incluída a verba da participação da Associação de Municípios da Ria, solicitou esclarecimentos

relativos à verba de dois mil e quinhentos contos inscrita no plano, sobre se a mesma é superior à participação nas despesas de funcionamento e de elaboração de projectos por parte da Associação dos Municípios da Ria; isto porque o plano refere que se vai avançar para projectos no campo dos resíduos sólidos; disse ver-se também no Plano dos Serviços Municipalizados a referência a questões de saneamento básico, drenagem de esgotos em Cacia, bem como noutras localidades; assim e a serem consideradas no Plano da Actividades da Associação de Municípios da Ria, perguntou se a participação financeira da Câmara nestes projectos se circunscreve somente a estes dois mil e quinhentos contos? e caso não haja participação financeira da Câmara, perguntou também de onde é que virão os meios financeiros necessários para o financiamento do conjunto dos projectos? e porque é que o Plano aprovado pelo GRIA, no âmbito desta matéria contém propostas de financiamento de Fundos Comunitários, nomeadamente do ENVIREG, PEDIP, FEDER, POC e do Fundo Social Europeu. Assim e face ao volume de investimento proveniente do exterior, perguntou se não há participação quer Municipal, quer por parte da Administração Central, uma vez que este último tem grandes responsabilidades na defesa do Ambiente, quer da região de Aveiro, quer de outras regiões.

Neste momento abandonou a Sala o Vogal Martins de Carvalho.

O Vogal Manuel António, referiu que mais uma vez no âmbito desta matéria foi esquecido o arranjo e embelezamento da zona urbana de Esgueira.

O Vogal João Tavares, para lembrar que a zona envolvente do Pavilhão Gimnodesportivo de Esgueira, se encontra há vários anos sem qualquer tipo de arranjo, pelo que apelou ao Executivo no sentido de serem tomadas medidas visando o referido arranjo.

O Vogal Joaquim Abreu, quis saber para quando é que se prevê a resolução dos graves problemas das saibreiras de Eixo, nas quais estão depositadas na ordem das oitenta a cem toneladas de resíduos industriais alguns deles tóxicos. Para quando também a resolução do problema dos esgotos a céu aberto, na urbanização de Azurva, bem como o respectivo ajardinamento; reposição também da camada arável nos terrenos esventrados que existem em toda a zona de Azurva e Eixo, uma vez que o plano nada contempla nos aspectos apontados.

O Vogal Carvalho Sequeira, sugeriu ao Executivo para que alargue a colocação de painéis cerâmicos em diversos locais da cidade, nomeadamente no Viaduto da Forca, a exemplo do que já acontece no Viaduto de Esgueira.

Neste momento deu entrada na sala o Vogal Óscar Paulo.

Novamente no uso da palavra o Vereador Celso Santos, disse presumir que o Largo situado a Nascente da Luzzostela, esteja destinado à construção de prédios. No que se refere ao arranjo da zona urbana de Esgueira, disse pensar que está previsto o respectivo ajardinamento no capítulo respeitante à urbanização. Relativamente ao arranjo da zona envolvente do Pavilhão Gimnodesportivo de Esgueira, disse que a Câmara irá tomar as providências necessárias com vista a que os referidos arranjos se concretizem. A terminar, considerou boa a ideia da colocação dos painéis cerâmicos, uma vez que entende que estes contribuem para o embelezamento da cidade.

Tomando a palavra o Vereador Martinho Pereira, referiu que relativamente aos trabalhos acordados com a Freguesia de Eixo e a Câmara de Aveiro, foram os mesmos contemplados no Plano de Actividades, acrescentando ainda, que para além do que foi acordado, incluiu-se no referido Plano o Jardim de Infância de Azurva, o apoio à construção do Centro Social de Horta e a Beneficiação de Exteriores, em Azurva.

Seguidamente usou da palavra o Presidente da Câmara, para referir que o GRUA, tem alguns estudos no entanto não há propriamente um Plano; existem de facto alguns apontamentos que apontam para soluções no que se refere aos esgotos domésticos, independentemente de alguns estudos especializados que o próprio GRUA, efectuou; considerou que de facto três milhões de contos do ENVIREG, são insuficientes para a globalidade do projecto e naturalmente a questão que se coloca é, onde se vai buscar o resto do dinheiro? prevê-se também que o financiamento seja feito por várias vias - nomeadamente 10% dos Municípios; 10% do Orçamento do Estado; 10% dos Industriais, totalizando estas participações uma verba de oito milhões de contos, independentemente do BEI e de linhas de crédito e ainda independentemente da possibilidade do ENVIREG ser reforçado em função da Ria de Aveiro e nomeadamente haver um fundo comunitário a partir de 93 para este fim, com o compromisso político da Administração Central, canalizar para a Ria de Aveiro, verbas comunitárias. Porém, salientou que pese embora as várias participações, as Câmaras Municipais vão ter que dispender uma grande participação financeira.

Imediatamente a seguir o Presidente da Mesa, submeteu à votação da Assembleia o Objectivo 10 - Meio Ambiente, tendo o mesmo merecido aprovação por dezoito votos a favor e onze abstenções.

OBJECTIVO 11 - GABINETE DE RECUPERAÇÃO
URBANA DE AVEIRO

Usou da palavra o Presidente da Câmara para fazer apresentação do objectivo supra, começando por referir que o Gabinete de Reabilitação Urbana de Aveiro, está em reformulação e fez uma candidatura ao PRAUD, ao I.P.P.C., bem como aos Fundos Comunitários, porém trata-se de candidaturas que neste momento ainda não estão bem definidas, sendo portanto nesta óptica que tem que ser analisado este objectivo.

Salientou seguidamente que o objectivo em causa será susceptível de Revisões, dependendo portanto do acolhimento que o PRAUD tenha a nível das instâncias a quem foi pedida a participação.

Aberta a discussão usou da palavra o Vogal Custódio Ramos, que começou por dizer que lhe parece que o Gabinete em causa não tem autonomia, considerando que é um entre muitos gabinetes que existem nos Serviços Municipais na área técnica; disse também presumir que o referido Gabinete terá resultado do antigo G.T.L., que por lei foi integrado nos Serviços Municipais, e o facto de ser este conjunto de pessoas, este Gabinete em si que promove este tipo de trabalho, não significa que se tenha candidatado, pois para este Vogal quem se candidata é o Município, considerando portanto que este objectivo não pode ser aprovado nem merecer votação, funcionando o objectivo apenas como um mero esclarecimento a toda a Assembleia para esta saber o que significa o objectivo 11 e nada mais. Assim e dentro desta filosofia, disse ser correcta a recuperação do edifício Municipal, junto ao Museu, esperando também que muitos outros edifícios mereçam também actuação e atenção da Câmara através do projecto 02, cuja dotação é de 22 500 contos.

Seguiu-se no uso da palavra o Vogal José Luís Christo, que começou por referir que embora as páginas deste objectivo fujam um pouco ao formalismo das anteriores, não são estas páginas que a Assembleia vai aprovar - o que se vai aprovar é o Objectivo 11, que tem dois projectos e portanto é sobre estes projectos que a Assembleia vai incidir a sua votação.

Novamente no uso da palavra o Presidente da Câmara, admitiu que de facto formalmente não estará muito correcto, no entanto a lei permite que além dos objectivos que estão tipificados que se possa acrescentar outro objectivo. De facto, considerou que se deveria ter seguido a metodologia formal, porém assim não foi, e funcionaram as folhas dactilografadas pelo GRUA. Referiu seguidamente que o objectivo que se pretende é o de

criar um objectivo específico para a recuperação urbana, no entanto a sua concretização depende da aprovação do PRAUD.

Imediatamente a seguir o Presidente da Mesa, submeteu à votação da Assembleia o Objectivo 11 - Gabinete de Recuperação Urbana de Aveiro, tendo o mesmo merecido aprovação por vinte e cinco votos a favor e quatro abstenções.

Neste momento saiu da Sala o Vogal Nuno Tavares.

ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL PARA 1991

Deliberação da reunião da Câmara Municipal de 90.12.13: - " CÂMARA MUNICIPAL - ORÇAMENTO PARA 1991: - Em continuação do deliberado na última reunião, foi também efectuada nova análise ao Orçamento para o próximo ano tendo também a Vereadora Dr^a Maria Antónia, solicitado alguns esclarecimentos que igualmente lhe foram prestados pelo Chefe de Repartição Financeira.

Pelos Vereadores Dr^a Amélia Brito e Eng^o Alves foram feitas referências ao critério seguido em relação aos problemas das Juntas de Freguesia que, em sua opinião, não teria sido muito equitativo, pois que alguns deles não foram contemplados.

Seguiu-se ainda troca de impressões, após o que, posto a votação o documento em análise, foi o mesmo aprovado com quatro votos a favor e quatro abstenções dos Vereadores Srs. Dr^a Maria Antónia e Eng^o Azeredo e Dr^a Amélia Brito e Eng^o Alves que apresentaram, respectivamente, as seguintes declarações de voto: "Abstivemo-nos na votação do orçamento para 91 porque consideramos que não há grande rigor (pelo menos o possível) na sua feitura. Esperamos que, quando da revisão orçamental - que vai ter que ser feita - haja um ajuste que dê a este documento o rigor necessário" e Abstivemo-nos porque consideramos que: 1. As receitas foram sub-apreciadas; 2. A distribuição das verbas de investimento não obedecem a critérios seleccionados com base num levantamento exaustivo da situação global das Freguesias e definição de prioridades; 3. O peso do Orçamento para a Educação/Ensino em relação ao total das despesas correntes - 7,5% - e em relação ao total geral das despesas - 2,25% - é francamente insignificante".

Bast
60. *Hein*
J. M. F. da Silva

RECEITA

Usando da palavra o Presidente da Câmara, começou por referir que houve uma enorme preocupação na elaboração deste Orçamento, quer da sua parte quer da parte dos Serviços, no sentido de que o mesmo fosse um orçamento o mais realista possível. Como é do conhecimento geral um orçamento é uma previsão e as previsões são falíveis, no entanto teve-se o cuidado de não empolar excessivamente o orçamento, nem deixá-lo abaixo daquilo que de facto a Câmara previa ser possível executar. Referiu também que este orçamento teve por base a hipótese mais desfavorável do F.E.F., o que significa que este orçamento terá que ser revisto na altura oportuna, prevendo por outro lado a lei duas revisões, precisamente para corrigir eventuais distorções.

Aberta a discussão usou da palavra o Vogal Custódio Ramos, para referir que o facto de não votar favoravelmente todo um Plano de Actividades, sem prejuízo de considerar correcto do ponto de vista técnico todo este orçamento, disse não poder obviamente votar favoravelmente o orçamento sob pena de se contradizer e só nesta perspectiva é que efectivamente se irá abster, dado tratar-se de fazer corresponder um voto ao outro documento.

Seguiu-se uma breve troca de impressões de carácter técnico, tendo seguidamente o Presidente da Mesa submetido à votação da Assembleia o Orçamento da Câmara Municipal para 91, na parte da Receita, tendo o mesmo merecido aprovação por dezassete votos a favor e onze abstenções.

DESPESA

Novamente no uso da palavra o Presidente da Câmara teceu algumas considerações relativas à despesa, referindo nomeadamente que se manteve a percentagem de 15%, às Juntas de Freguesia; preveniram-se também trinta mil contos de transferências de competências para as Juntas de Freguesia, cuja matéria será objecto de deliberação desta Assembleia, prevendo-se ainda quatrocentos mil contos de transferências para os Serviços

Municipalizados.

Aberta a discussão usou da palavra o Vogal António Salavessa, para fazer a seguinte proposta de recomendação à Câmara Municipal:

"Considerando:

- Que as verbas inscritas no Orçamento Municipal como transferência do Orçamento de Estado estão sub-avaliadas em cerca de cem mil contos.
- Que outras verbas poderão ser superiores às inscritas, particularmente, em resultado da aprovação da nova Tabela de Taxas.

A Assembleia Municipal de Aveiro, reunida em 28.12.90,
Delibera recomendar à Câmara.

- A elaboração, no primeiro trimestre, de uma revisão orçamental que consigne:
O aumento das receitas.
O aumento da transferência corrente para as freguesias tendo em conta o aumento do FEF;
- A elaboração paralela de uma revisão do Plano tendo em conta as áreas com menores dotações e a implementação das medidas decorrentes da moção aqui aprovada, relativa à remoção das barreiras arquitectónicas que se colocam aos deficientes ".

Após o registo da proposta de recomendação, o Presidente da Mesa, submeteu à votação da Assembleia o Orçamento da Câmara Municipal de Aveiro para 91 - Despesa, tendo a mesma merecido aprovação por dezasseite votos a favor e onze abstenções.

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS

PLANO DE ACTIVIDADES PARA O ANO DE 91

Deliberação da reunião da Câmara Municipal de 90.12.10: -"
SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS - PLANO DE ACTIVIDADES PARA O ANO DE 1991: - O Vereador Snr. Eng^o Vitor Silva, distribuiu por todos os membros do Executivo, um exemplar do Plano de Actividades dos Serviços Municipalizados, para o ano

de 1991, o qual, após ter sido analisado e face aos esclarecimentos prestados por aquele Vereador, foi deliberado, por unanimidade, considerar aprovado e vai ser submetido à consideração da Assembleia Municipal, nos termos legais.

Seguidamente, o Vereador Snr. Eng^o Sérgio Azeredo apresentou a seguinte declaração de voto: " Chamo a atenção para o facto de não se terem efectuado as transferências que eram devidas aos Serviços Municipalizados, durante o exercício presente. Sòmente cerca de dez por cento das mesmas chegaram aos Serviços e isso implicou, que entre outras coisas, não fossem feitos novos investimentos na área do saneamento básico. As despesas de exploração não podem ser suportadas pelas receitas dos Serviços".

GENERALIDADE

Feita a apresentação pelo Vereador Vitor Silva, não se registaram intervenções, pelo que de imediato o Presidente da Mesa, submeteu à votação o PLANO DE ACTIVIDADES DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS - GENERALIDADE, tendo o mesmo merecido aprovação por vinte e dois votos a favor e duas abstenções.

ESPECIALIDADE

Usou da palavra o Vogal Custódio Ramos, para referir a necessidade premente em se solucionar o problema da falta de pressão no sistema de distribuição de água na cidade, bem como quanto à instalação condigna dos Serviços Municipalizados.

Novamente no uso da palavra o Vereador Vitor Silva, disse que a nível interno não existem grandes problemas de falta de pressão, o que se poderá de alguma forma questionar é quanto à qualidade da água. Disse admitir que na zona da Av. Peixinho, possam existir eventualmente alguns problemas de pressão provenientes da falta de remodelação da rede de água, que é de facto velha e que poderá estrangular uma zona ou outra, rede essa, cuja remodelação está prevista neste Plano de Actividades. Informou ainda que se prevê a abertura de quatro furos de captação de águas, esperando-se solucio-

nar com esta medida o problema do abastecimento de água no próximo Verão. Disse também que os Serviços estão adquirir equipamento no sentido de poderem dar uma resposta mais eficaz no que se refere ao eventual rebentamento de condutas de água. Quanto à instalação condigna dos Serviços Municipalizados, considerou que o ano de 91, será um ano de mudança, esperando por isso que os Serviços deixem definitivamente as instalações onde funcionavam provisoriamente vai para dez anos.

Imediatamente a seguir o Presidente da Mesa, submeteu à votação da Assembleia o Plano de Actividades dos Serviços Municipalizados - Especialidade, tendo o mesmo merecido aprovação por dezanove votos a favor e nove abstenções.

Seguiu-se uma declaração de voto do Vogal Armando Vieira, nos seguintes termos: -" votei favoravelmente este Plano de Actividades, na esperança de que desta vez a minha Freguesia, que penso que é a mais prejudicada de todas, onde não há mais do que 30% em cobertura de distribuição de água, apesar de ter lá a Estação Elevatória e neste momento três furos; votei a favor como já disse, na esperança de que desta vez a Freguesia de Oliveirinha veja recuperado o seu atraso".

ORÇAMENTO DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS PARA 1991

Deliberação da reunião da Câmara Municipal de 90.12-10: - " ORÇAMENTO ORDINÁRIO PARA O ANO DE 1991: - Também pelo Vereador Sr. Eng^o Vitor Silva foi distribuído o documento em epígrafe por todos os Srs. Vereadores, tendo o mesmo prestado os esclarecimentos tidos por convenientes. Após troca de impressões, foi deliberado, com a abstenção da Vereadora Dr^a Amélia Brito, aprovar o referido documento, o qual vai ser também submetido à consideração da Assembleia Municipal, nos termos legais".

RECEITA

Feita a apresentação pelo Vereador Vitor Silva, não se registaram intervenções pelo que de imediato o Presidente da Mesa submeteu à votação o Orçamento dos Serviços Municipalizados - Receita, tendo o mesmo merecido aprovação por dezanove votos a favor e nove abstenções.

J. Mendes

DESPESA

Usou da palavra para fazer apresentação desta rúbrica, o Vereador Vitor Silva, que após tecer algumas considerações sobre a matéria, pôs-se à disposição da Assembleia para eventuais esclarecimentos.

Aberta a discussão usou da palavra o Vogal Cruz Tavares, para perguntar se alguma vez os Serviços Municipalizados fizeram um estudo dos custos da cobrança dos baixos consumos; isto porque e segundo o Vogal há Câmaras que de uma forma inovadora e tendo em vista uma certa justiça social têm isentado os baixos consumos, uma vez que verificavam que os custos da cobrança dos pequenos consumos, tornavam-se mais caros que o rendimento obtido dos próprios consumos. Face ao exposto perguntou se alguma vez foi feito ou se há intenção de fazer o referido estudo em relação a um grande número de pequenos consumos que existem no concelho e que presume não pagarem as despesas de cobrança.

Novamente no uso da palavra o Vereador Vitor Silva, esclareceu que o referido estudo está feito, contudo não existe deliberação sobre o assunto; todavia na prática não se está a fazer a cobrança desses baixos consumos.

Usando da palavra o Vogal Armando Vieira, suscitou esclarecimentos sobre se a Câmara Municipal paga ou não consumos de água aos Serviços Municipalizados. Salientando que caso não o faça, tal comportamento deve ser extensivo também às Juntas de Freguesia.

Seguidamente o Presidente da Mesa submeteu à votação da Assembleia a Despesa dos Serviços Municipalizados, tendo a mesma merecido aprovação por dezanove votos a favor e nove abstenções.

E nada mais havendo a tratar o Presidente deu por encerrada a presente reunião.

Eram 1,50 Horas do dia 29.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que no que for omissa melhor poderá ser confrontada pela gravação elaborada, que vai ser assinada pelo Presidente e pelos Secretários, nos termos legais.

Armando Vieira

J. Mendes
Armando Costa